



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

GERSON PAULINO DE LIMA JÚNIOR

**AS ORIGENS DA FAMÍLIA CUNHA LIMA: SUA REPRESENTATIVIDADE
POLÍTICA E SOCIAL NO BREJO DE AREIA (1889-1930)**

**CAMPINA GRANDE –PB
2016**

GERSON PAULINO DE LIMA JÚNIOR

**AS ORIGENS DA FAMÍLIA CUNHA LIMA: SUA REPRESENTATIVIDADE
POLÍTICA E SOCIAL NO BREJO DE AREIA (1889-1930)**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau de graduado em História.

CAMPINA GRANDE –PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732o Lima Júnior, Gerson Paulino de
As origens da família Cunha Lima [manuscrito] : sua representatividade política e social no brejo de Areia (1889-1930) / Gerson Paulino de Lima Júnior. - 2016.
70 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Dr. José Adilson Filho, Departamento de História".

1. Cunha Lima. 2. Areia. 3. Representatividade. 4. Poder. 5. Oligarquia. 6. Paraíba. 7. Sociopolítica. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

GERSON PAULINO DE LIMA JÚNIOR

**AS ORIGENS DA FAMÍLIA CUNHA LIMA: SUA REPRESENTATIVIDADE
POLÍTICA E SOCIAL NO BREJO DE AREIA (1889-1930)**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau de graduado em História.

Aprovado em 18/05/2016.

Nota: 9,5.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Adilson Filho/UEPB
Orientador



Profa. Dr.ª Patrícia Cristina de Aragão Araújo/UEPB
Examinadora



Prof. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio/UEPB
Examinador

CAMPINA GRANDE -PB
2016

AGRADECIMENTOS

Este instante é de grande relevância para mim. Escrevo aqui no papel os mais sinceros agradecimentos aos que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito do meu trabalho de conclusão de curso. Quero deixar registrada minha eterna gratidão aos que por minha vida passaram e aos que ainda dela fazem parte. Meu muito obrigado. Sem a interferência de vocês, jamais poderia tentar galgar este tão importante passo da minha vida intelectual e social.

Dedico tudo o que sou enquanto homem constituído a minha querida mãe, Fátima, sábia, forte, determinada, guerreira e vencedora. Ao meu pai, de quem, por herança, recebo o nome. Meu “velho” Gerson, minha grata e sincera amizade. Juntos, meus pais me presentearam com o dom da vida.

À minha irmã, Érika Aline de Lima, pessoa humana e de coração generoso, minha homenagem e minha gratidão por estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Aos meus avós maternos, Francisco Rodrigues de Souza e Maria de Lourdes Souza, meus “segundos pais”, que me incentivam, estão sempre comigo e são os meus faróis para o futuro.

Aos meus avós paternos, Ademar Paulino de Lima e Maria das Mercês Silva de Lima (*in memoriam*), que me presentearam com a oportunidade ímpar de estudar e custear minha vida enquanto estudante. Ao meu avô, Ademar Paulino, minha homenagem especial. Deixo nas minhas palavras o apreço e a alegria de dizer que foi com ele que aprendi a gostar e, conseqüentemente, amar a cidade de Areia, sua terra natal, meu torrão por adoção.

Devoto minha gratidão aos amigos queridos que conquistei ao longo dos quatro anos do curso de História: Alianna Batista da Silva, Jessica Salvino Mendes, Kelly Izabel da Silva, Elvis Duarte Claudino, Lucileide Procópio, agradeço muito pela ajuda, paciência e por dividirem comigo as manhãs dentro do CEDUC e, posteriormente, da CIAc.

Aos meus primos-irmãos, Iza Maria de Souza e Silva, Mariana Melayne Souza de Lima Melo, Phillip Fernando Weber, Ana Karoline Sousa de Lima, Germana Dias de Lima e Fabiana Dias de Lima Vidal, que sempre estiveram presentes em minha vida desde criança, compartilhando juntos de travessuras, diversões e descobertas. A vocês, obrigado pelo incentivo.

Aos meus tios, em especial, Dra. Celeide de Lourdes Souza Heyde, Dr. Patrick Hans Weber e Edna Cristina de Souza Weber, minha eterna gratidão por terem me concedido a oportunidade de conhecer o “mundo” em que vocês vivem. Minha ida à Alemanha e à Europa como um todo serviu de base para a construção de uma identidade mais crítica e desenvolvimentista.

À cidade de Areia, fonte inesgotável de minhas inspirações, berço de grandes figuras da Literatura, da História e da Arte. A exemplo de José Américo de Almeida, Horácio de Almeida e Pedro Américo. Hoje, cidade Patrimônio Nacional, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

Na cidade de Areia, muitos cidadãos me ajudaram na confecção deste trabalho. A exemplo do Dr. Antônio Carlos Queiroz Teixeira de Barros, “Cacau Teixeira”, ex-vice-prefeito e ex-prefeito municipal; ao amigo professor o geógrafo Dr. Antônio José Cândido da Cunha Lima, bisneto do pesquisado; à defensora pública Dra. Zena da Cunha Lima Martins, que muito me ajudou a construir e levar adiante este trabalho. Ela é bisneta do pesquisado e neta do Coronel Cunha Lima de Areia. Ao amigo e pesquisador da história de Areia, Assis “Neguim”.

À egrégia Câmara Municipal de Areia – Casa de Manoel da Silva, pela oportunidade de pesquisar em seus registros sobre parte deste trabalho. Em nome do secretário legislativo Evaldo Martins de Lima, minha eterna gratidão e amizade.

Ao professor José Adilson Filho, que de forma gentil aceitou me orientar e trilhar os meus caminhos na construção efetiva do meu trabalho. Minha gratidão, amizade e respeito.

Por fim, quero deixar registrada minha admiração aos demais professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus I, e aos funcionários que contribuíram enquanto estive nesta instituição de ensino superior.

*Diamante engastado na Serra,
Lapidada da chuva e do sol,
És Areia! Dulcíssima terra
Mais formosa que o lindo arrebol.*

*Flor do bosque, que um brejo circunda,
É perene O lençol d'água que te inunda.
Minha terra, de agrícolas flores,
És o ninho também de condores!
Minha terra, meu berço de amores,
És o ninho também de condores!
Doces sons de uma flauta inspirada
Sintetisas cidade-primor!
És sereia no brejo encantada
Cujo canto é um perigo de amor.*

(Hino da Cidade de Areia-PB)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória política do Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima, bem como a construção da sua imagem e dos seus descendentes dentro da vida social, cultural e econômica da cidade de Areia, no brejo da Paraíba. Com isso, tentamos apreender os sentidos e os múltiplos significados sociopolíticos subjacentes ao referido objeto de pesquisa. Serão observados o cenário, os atores que participaram do período em estudo, as narrativas e escritos achados desta época, a estratégia familiar que se tornou decisiva para a construção da imagem do “Doutor Cunha Lima” enquanto político, bacharel em Direito, senhor de escravos e herdeiro de um grande poder “econômico”. Nosso trabalho se insere teoricamente no enfoque da Nova História Política. Nesse momento, apropriamo-nos dos enfoques de Burke (1994); buscamos compreender a formação desse estudo biográfico a partir de Loriga (2010). A análise da construção da política oligárquica através das diversas famílias que dominaram o poder na Parahyba do Norte foi norteada por Lewin (1993). A representatividade política dentro da Paraíba, onde a família Cunha Lima surge como oligarquia no interior do Estado, foi elucidada com a contribuição de Gurjão (1999), e, partindo para o pensamento do momento vivenciado pelos políticos da tradicional prole dentro da cidade de Areia, baseamo-nos em Almeida (1980) para a compreensão da vida cotidiana deste município. Para a construção da narrativa, foram utilizadas algumas fontes, tais como jornais, fotografias, relatos escritos de familiares, análise de monumentos históricos da cidade de Areia, todas estas fontes utilizadas para analisar a representação política dos Cunha Lima e seus descendentes.

Palavras-chave: Cunha Lima. Brejo de Areia. Representação. Poder.

ABSTRACT

This work aims to analyze José Antonio Maria da Cunha Lima's political trajectory, as well as his image and descendants in social, cultural and economic life of Areia (Paraíba, Brazil). So, we intend to learn multiple socio-political meanings which underline our research object. We will observe the scene, the actors who took place in the period in study, and also narratives and writings from that time, such as the familiar strategy which has become decisive in order to stablish Doctor Cunha Lima's image as a politician, a lawyer, a slave master and heir of a great economic power. This monograph is theoretically part in New Political History approach. We are grounded in Burke's (1994) approaches; we seek to understand how this biographical study is formed considering Loriga (2010). Oligarchic policy analysis through many families that dominated power in North Parahyba has been guided by Lewin (1993). Political representation within Paraíba (where the Cunha Lima family emerges as an oligarchy in the state) has been elucidated by Gurjão (1999). When it comes to the time experienced by standard political offspring in Areia, Almeida (1980) is considered in order to understand the city's everyday life. This narrative uses some sources, such as newspapers, photographs, family members' written reports, analysis of historical analysis of monuments in Areia, all those aspects are used to analyze Cunha Lima and his descendants' political representation.

Keywords: Cunha Lima. *Brejo de Areia*. Representation. Power.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Venâncio Neiva, o primeiro presidente republicano da Paraíba	18
FIGURA 02	Álvaro Lopes Machado	21
FIGURA 03	Presidente Epitácio Pessoa	25
FIGURA 04	Ministro José Américo de Almeida	26
FIGURA 05	Trecho da rua principal da cidade de Areia, em 1944	29
FIGURA 06	Pedro Américo de Figueiredo e Melo	31
FIGURA 07	Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia (Médico)	33
FIGURA 08	Dr. José Elias D'Ávila Lins	34
FIGURA 09	Igreja do Rosário dos Pretos	36
FIGURA 10	Nave principal da Igreja do Rosário	36
FIGURA 11	Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima (Dr. Cunha Lima)	38
FIGURA 12	Alfredo da Gama e Melo	42
FIGURA 13	Dr. Octacílio de Albuquerque	43
FIGURA 14	Presidente Castro Pinto	44
FIGURA 15	Alfredo Simeão Leal e Juvenal Espínola de França	45
FIGURA 16	Sobrado pertencente ao Dr. Cunha Lima	47
FIGURA 17	Busto do Dr. Cunha Lima na Praça que leva seu nome, no centro da cidade	47
FIGURA 18	Mausoléu da Família Cunha Lima no cemitério local	48
FIGURA 19	Vista frontal do Mausoléu do Dr. Cunha Lima	49
FIGURA 20	Placa do Mausoléu que traz os nomes do Dr. Cunha Lima e da sua esposa	49
FIGURA 21	Parte posterior do Mausoléu do Dr. Cunha Lima	50
FIGURA 22	Coronel José Antônio Maria da Cunha Lima Filho	52
FIGURA 23	Coronel Jaime de Almeida e o irmão, José Américo de Almeida	53
FIGURA 24	Professor Leônidas Santiago	53

FIGURA 25	Evento Político no Engenho Mundo Novo no ano de 1938	54
FIGURA 26	Prestígio político do Coronel Cunha Lima Filho, na ocasião do casamento de uma filha do Sr. José Castor Gondim	55
FIGURA 27	Dr. Roberto Barros da Cunha Lima	56
FIGURA 28	Coronel Cunha Lima ao lado do genro, Dr. Diógenes Martins	56
FIGURA 29	Ex-vereadora Izabel da Cunha Lima	57
FIGURA 30	O Coronel Cunha Lima Filho em sua última entrevista para a imprensa, sendo acompanhado pelo sobrinho “filho” Roberto e pelo Padre Ruy	57
FIGURA 31	Notícia da morte do Coronel Cunha Lima no Jornal <i>A União</i> em 12 de setembro de 1979	58
FIGURA 32	Tenente Juvenal Espínola de França, ex-prefeito de Areia	58
FIGURA 33	Juvenal Espínola de França Filho (Juju)	59
FIGURA 34	Mausoléu do Coronel Sizenando da Cunha Lima, esposa e descendentes, localizado do lado esquerdo no Cemitério São Miguel, em Areia	60
FIGURA 35	Placa do mausoléu que traz o nome do Coronel Sizenando Cunha Lima e da sua esposa	60
FIGURA 36	Pedro da Cunha Lima, ex-prefeito de Areia	61
FIGURA 37	Inauguração do Marco Comemorativo ao Centenário de Areia, em 18 de maio de 1946	61
FIGURA 38	Mausoléu de Pedro da Cunha Lima e descendentes, situado do lado direito no Cemitério São Miguel, em Areia, próximo ao túmulo dos seus genitores	62
FIGURA 39	José Américo de Almeida e o prefeito Elson da Cunha Lima	63
FIGURA 40	Campanha eleitoral de 1996	64
FIGURA 41	Tomadas da fachada principal da casa grande do Engenho Mundo Novo, de propriedade das herdeiras do Dr. Roberto B. da Cunha Lima	65
FIGURA 42	Tomadas da fachada principal da casa grande do Engenho Mundo Novo, de propriedade das herdeiras do Dr. Roberto B. da Cunha Lima	66

LISTA DE SIGLAS

ARENA – Aliança Renovada Nacional

CEDUC – Centro de Educação

CIAC – Centro de Integração Acadêmica

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ESTRUTURA FAMILIAR E O SURGIMENTO DAS OLIGARQUIAS NA PARAÍBA DO NORTE	16
1.1 A formação da estrutura política pós-Império	16
1.2 Oligarquias e poder local na Paraíba Republicana	18
1.3 O presidente Epitácio Pessoa: entre a Paraíba e o Brasil	22
2. O BREJO DE AREIA E A POLÍTICA DO “MUNDO NOVO”	28
2.1 Panorama geral da cidade de Areia entre o Império e a República	28
2.2 As famílias areienses e o domínio da política do Estado da Paraíba	32
2.3 A família Cunha Lima e o surgimento da política em Areia	35
2.4 “Doutor Cunha Lima”, o primogênito da prole na política da Paraíba	38
2.5 O legado do Dr. Cunha Lima e a descendência do “Mundo Novo”	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
FONTES CONSULTADAS	69
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo tecer uma narrativa destinada à construção da imagem do Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima, o “Dr. Cunha Lima”, vislumbrando as origens políticas da sua família e como foram constituídas numa prole de destaque político e social para a República Velha e seus descendentes, tendo por missão enaltecer sua trajetória como bacharel em Direito e político, bem como suas manobras de manutenção e consolidação de poder dos seus familiares. Será feito um viés da sua vida como senhor de engenho e proprietário de escravos, recebidos como “herança” do seu genitor. Podemos tomar por causa o poder exercido por este homem e sua família na cidade de Areia (PB), assim como nas regiões do Brejo e do Curimataú do Estado paraibano. Buscamos, nesta linha, nos deter sobre o advento do seu poder político.

Nesta vertente, podemos destacar o Engenho Mundo Novo, localizado na zona rural da cidade de Areia, como o palco de todos esses acontecimentos, pela hierarquização que recebeu de seu pai, Manoel Gomes da Cunha Lima, um poderoso senhor de terras e de escravos, servindo como um grande cenário que, no passado, foi utilizado para a promoção e até a teatralização do seu poder. O “Dr. Cunha Lima”, seu filho, o Coronel Cunha Lima Filho, e sua descendência assim o fizeram.

Nossa narrativa terá como objetivo principal a construção biográfica do “Dr. Cunha Lima”, analisando a construção do seu nome como político a partir do final do Império Brasileiro e do advento da República, em 1889. Não deixaremos de fazer um resgate historiográfico de seu passado como advogado, juiz de Direito e senhor de escravos. No cômputo familiar, faremos um resgate através de provas das origens da família Cunha Lima, uma junção de dois troncos que culminaram num só.

É importante ressaltar toda sua trajetória até chegar onde conquistou maior destaque, as lutas travadas em Areia, seus adversários, disputas eleitorais e seus descendentes, quase todos rivais por justa culpa da política paroquial. Seus filhos eram, por maioria, inimigos pessoais. Não obstante, o Doutor Cunha Lima deixou profundas marcas nas gerações que o sucederam.

Após sua morte, a figura do homem público bravo e poderoso é exaltada. Foi o momento encontrado para unir algumas características típicas dos anos de 1920 na Paraíba, enfatizando a sua “docilidade política” e a imagem de “excelente advogado” e “bom orador”, descrevendo, assim, suas virtudes, pois o movimento seria construir, através de seus familiares e seguidores, uma “memória limpa”, sem trazer à tona seu lado de “dono de escravos” de homem de “ação”.

Esta pesquisa está teoricamente amparada no enfoque da Nova História Política, cuja perspectiva é diferente e ousada em relação à velha história política aniquilada pelos Annales como sendo historicizante, factualista, superficial e elitista (BURKE, 1994, DOSSE, 1995).

Uma nova abordagem sobre a trama política de homens e mulheres insere um conceito mais amplo de poder, de fontes, métodos, sujeitos e objetos. As contribuições críticas dos Annales enfatizam mais precisamente a importância conferida à política, ao acontecimento, à narrativa e ao tempo presente e imediato pelo pesquisador, e à sociedade de um modo geral. Esta modernização da história política passa pelo diálogo interdisciplinar com a Sociologia, a Semiótica, a Antropologia, A Ciência Política, a Comunicação Social e a Literatura. É com este entrelaçamento que os historiadores passam a instrumentalizar os seus conceitos para ver as tramas políticas através a partir das lentes da cultura política, do simbolismo do poder, da social imaginação e das representações do cotidiano, das economias, práticas artísticas, enfim, a partir de múltiplos aspectos.

Nesta vertente, percorrendo discursos, imagens e práticas, será possível compreender como se estabelece a consagração de um protagonista político da República Velha a partir de sua interface com os mais diversos grupos que eram comuns nesta determinada época. Podemos destacar que o personagem tomado como objeto do nosso estudo foi o principal líder político de um grupo na cidade de Areia e em todo o seu entorno. Mesmo permanecendo por anos no ostracismo político, manteve-se homogêneo na cidade de Areia, ocupando cargos públicos de grande importância.

O estudo da biografia do “Dr. Cunha Lima” é muito complexo. Sabina Loriga, com muita maestria, discorre sobre este papel de analisar as estratégias biográficas do século XIX, fazendo uma ponte significativa entre a biografia e a história a partir dos grandes líderes até chegar aos mais humildes da *polis*, isto é, ao povo como agente principal de qualquer história narrativo-discursiva sobre qualquer ator, seja ele um rei, um presidente, um político, uma referência de maior quilate para a história. Podemos nos apropriar das análises de Peter Burke sobre a “fabricação da imagem pública do rei Luís XIV”, que procura mostrar, através das representações, a tentativa de construção do poder do “rei sol” na França.

1. ESTRUTURA FAMILIAR E O SURGIMENTO DAS OLIGARQUIAS NA PARAÍBA DO NORTE

1.1 A formação da estrutura política pós-Império

Muito antes de 1889, o segundo reinado, governado por Dom Pedro II desde 1840, já vinha a desmoronar, o que foi consumado com o golpe de estado republicano: os líderes que sustentaram a causa da República em suma eram civis, principalmente aqueles ligados aos grandes senhores de terras do Estado de São Paulo, os oficiais militares de altas patentes e seus subordinados, muitos deles de orientação positivista.

O governo por eles proposto ficou conhecido como a Primeira República ou República Velha, que perdurou até o ano de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a formação de um posterior esquema político de poder. A política de dominação do “novo” governo trouxe consigo velhos conhecidos da política deixada pelo Império Brasileiro. Na Paraíba, muitos foram aqueles que não estiveram “seduzidos” pela causa republicana e preferiam permanecer fiéis à monarquia. Mas, com a mudança do regime, todos estavam com pressa de garantir seus espaços, vendo na República um lócus primordial para a consolidação de suas representações políticas. Os dois principais partidos políticos do Império - o Conservador e o Liberal - foram rapidamente substituídos por oligarquias que gerenciavam as províncias. As gerações que ditavam regras eram as mesmas que participaram do fim do Regime Monárquico e se apresentavam com uma nova “roupagem” no início da República (LEWIN, 1993).

A esta nova oligarquia, e com a implantação da República (1889), surgiram “novas” condições políticas que favoreceram e estimularam o mandonismo local exercido por uma elite advinda do Império, de características propriamente rurais. Foi durante o Império Brasileiro que surgiram com mais veemência estes nomes dentro dos setores de cada localidade, sendo estes difundidos com certa identificação do seu poder com o título de “Coronel”¹, inicialmente resguardando este título recebido pela Guarda Nacional, atributo utilizado durante toda a República pelos interiores afora.

Na Paraíba, as notícias da proclamação da República foram recebidas com bastante incredulidade. Tanto os Conservadores como os Liberais haviam se constituído

¹ De comandante militar da Guarda Nacional, o título de “coronel” passou a ser costumeiramente atribuído aos grandes proprietários rurais, expressando a subordinação de todos aqueles sobre quem ele exerce seu poderio. A autoridade do “coronel” se amplia na função de chefe político, na sua capacidade de arrebanhar e manter um contingente de eleitores cativos, um eleitorado de cabresto, um “curral eleitoral”. Ao associar clientelismo com violência, o “coronel” garante, assim, o poder e prestígio político que se convencionou denominar de “coronelismo”.

com grandes e sólidas linhagens de afiliações familiares, que se estenderam por diversas gerações. Às vésperas da República, não existia um Partido Republicano já em construção. Os blocos que controlavam o governo provincial desde a década de 1830 assumiram as fileiras dos partidos nacionais, sem lembrar as perspectivas econômicas ou ideológicas. Desse modo, como noutros Estados brasileiros, os conchaves familiares na Paraíba foram os determinantes dos alinhamentos partidários e, até em grau mais complexo, os direcionamentos familiares. É neste intuito que surgem, com a República, em 1889, os esquemas de dominação, os quais beneficiavam os grupos familiares, oligarquias que vinham, acima de tudo, disputar internamente o controle político dos seus municípios, numa época em que o poder local era visto com soberania e com força para voos mais altos na esfera da política nacional.

O novo sistema de governo trouxe consigo a nova política oligárquica dentro do país e especialmente para os Estados. Logo no advento da República, o Estado da Paraíba sentiu o peso político de duas grandes oligarquias: os Neiva-Pessoa e os Machado-Leal eram tidos como elementos de uma nova era na política, revelando uma forte continuidade em relação à década de encerramento do Império. O meio político sentiu-se “abalado” pela causa republicana. Eram os representantes políticos valendo-se dos seus espaços até mesmo oficiais para deflagrar os anseios da República; era a antiga elite imperial assombrada com as novas ideias da República e determinando seus novos sucessores, numa tentativa brusca de introduzir leis de caráter republicano ou de impor instituições políticas republicanas. Porém, velhas práticas foram trazidas do Império. Não se modificaram suas dependências em relação à fraude eleitoral, à intimidação violenta e à guerra privada entre famílias, com o principal objetivo de manutenção da hegemonia política.

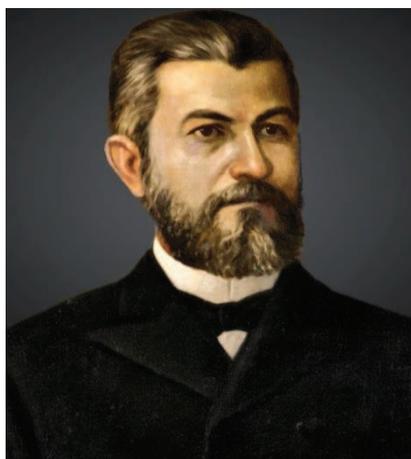
Nos primeiros anos da República, quando os recursos públicos mantidos pelo Governo Federal e enviados para os Estados eram quase inexistentes, a principal motivação política era saber quem iria governar a competição política da elite dominante. Sobretudo nos municípios, surgia uma dramática cena da política oligárquica pública. Habitados a competir pela questão de quem iria liderar a oligarquia, muitos adeptos das facções políticas organizavam-se em torno de fortes grupos ou segmentos de base familiar, leais a um líder pessoal. Foi este o intuito dos principais detentores da força política dentro da Paraíba entre 1892 e 1912.

1.2 Oligarquias e o poder local na Paraíba Republicana

A forte competição entre os Pessoa e os Machado-Leal durante todo o período da República Velha se refletiu num continuísmo com o período imperial anterior, deixando transpor para a sociedade de então um legado vivenciado de rivalidades personalísticas para um tempo que se insurge posterior aos anos de 1912. Na verdade, todas estas rixas políticas destas famílias e seus agrupamentos políticos são oriundas do Império e vivenciadas com grande discrepância na República Velha. Foram estes fortes indícios que serviram de propósito para desaguar nos movimentos acalorados que colidiram com as correntes nacionais de mudança na chamada Revolução de 1930.

A primeira oligarquia a assumir o poder na Paraíba republicana foi a de Venâncio Augusto de Magalhães Neiva. Nomeado governador, recebeu do governo provisório os principais auxiliares, como era de praxe no início da República. Foi um governo curto, de apenas dois anos. Sua importância, no entanto, não poderia ser subestimada, pois foi com o governo Venâncio Neiva que os Pessoa foram elevados ao poder. Inicialmente, seu patriarca político e chefe maior, Epitácio Pessoa, foi nomeado secretário geral, iniciando, assim, sua carreira oligárquica na política paraibana. Como chefe de polícia, foi nomeado João Coelho Gonçalves Lisboa. Assim como o governador, pouco tempo perdurou Coelho Lisboa no posto. De temperamento insofrido e violento, rompeu com Venâncio Neiva, acusando o governador de oligarca. Foi substituído por Cunha Lima, outro areiense² igualmente arrebatado, que acabou rompendo com o governador por motivos da política local da sua área de domínio.

FIGURA 01: Venâncio Neiva, o primeiro presidente republicano da Paraíba.



Fonte: <<http://www.oexplorador.com.br/venancio-neiva-foi-o-primeiro-governador-republicano-da-paraiba/>>.

² Areiense ou Areense são aqueles naturais da cidade de Areia, cidade localizada na microrregião do Brejo da Paraíba.

No governo de Venâncio Neiva, a Paraíba elegeu três senadores e cinco deputados para a primeira constituinte nacional. Os senadores foram: Marechal Almeida Barreto, João Neiva e Firmino Gomes da Silveira. Os deputados foram: um advogado dissidente liberal de Cajazeiras, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo; João Batista de Sá Andrade; um jovem médico republicano da família dominante de Sousa, o famoso pintor de Areia, Pedro Américo de Figueiredo e Mello, que era parente distante de Venâncio Neiva, foi uma indicação em parte honorífica e em parte de reconhecimento pelos antigos liberais de Areia; e Eptácio Pessoa, o jovem e talentoso secretário de governo de Venâncio Neiva, sobrinho da esposa de seu irmão e natural dos sertões. Neste aspecto, é visível a ausência de candidatos advindos da antiga elite imperial da Paraíba.

Numa perspectiva mais incisiva, o governo de Venâncio Neiva teve uma ação governamental diminuta, vista como nula. Quase nada fez, até porque conciliava a falta de recursos financeiros com o mínimo desejo do grupo oligárquico que compunha. Teve poucos feitos preponderantes do seu desejo pessoal, mas uniu as famílias paraibanas que vinham desunidas desde o Império. Com pouco tempo de governo, foi destituído do cargo no mesmo ano em que a Assembleia Constituinte o elegeu para o cargo efetivo de presidente do Estado. Deodoro da Fonseca despenhou do poder e levou consigo muitos dos que eram seus aliados de então. Na Paraíba, uma junta governativa foi posta no comando da administração do Estado e, por esse motivo, muitos desamores sofreu a Paraíba. O intuito desta junta era tudo desmanchar quanto ao que foi feito anteriormente por Venâncio Neiva no governo do Estado. Tão logo assumiu, aniquilou a Assembleia Legislativa, findando com a Constituição de cinco de agosto de 1891.

Com efeito, a junta governativa prosseguiu com suas ações de destruição do governo antecessor, embora tenha visto grandes problemas na elaboração de seus planos, quanto mais se perpetuavam no poder, mais desmandos praticavam. Assim, o interior do Estado se insurgiu contra a junta. Cidades a exemplo de Areia, Alagoa Grande e Alagoa Nova destituíram as intendências municipais. Com o alarde desses movimentos, os paraibanos que residiam no Rio de Janeiro entraram diretamente no combate em favor da Paraíba. Muitos desses paraibanos eram amigos pessoais do novo presidente Floriano Peixoto, sucessor de Deodoro da Fonseca, e estiveram com ele servindo à Pátria na esfera militar. O ex-senador Abdon Felinto Milanez, médico paraibano, e Coelho Lisboa, ambos areienses, foram os responsáveis pela escolha do

novo governante. O nome escolhido foi o do engenheiro militar que atuava na Bahia como instrutor de engenharia na Escola Militar e na Escola Politécnica de Salvador.

Assim que desembarcou na Paraíba, Álvaro Machado foi empossado no governo por aclamação da junta, já que não existia nenhum tipo de nomeação. Assumiu o governo em 18 de fevereiro de 1892. Sua investidura no governo do Estado foi a prova viva da influência política e social de alguns dos seus familiares no cenário nacional. Seu tio, o ex-senador Abdon Milanez, foi o responsável direto por esta escolha. Era a presença de uma família liberal de Areia no governo do Estado, a única a compor o Partido Republicano para exercer cargos nacionais durante o Império. Fez merecer o título de exímio administrador, personificou bem o talentoso homem de intelecto. Muitas vezes um professor, era historicamente associado à elite política de Areia. Durante a segunda metade do século XIX, a pequena cidade vangloriava-se de sua reputação de capital intelectual da Paraíba.

O novo governante, Álvaro Machado, encontrou um Estado em desordem. Rasgada a Constituição elaborada por Venâncio Neiva, convocou uma nova Assembleia Constituinte para dar ao Estado um novo sentido. Em 30 dias, o Estado instalou e promulgou a nova Constituinte em 30 de julho de 1892, que foi regida durante toda a República Velha, até 1930. Os efeitos da Constituição foram imediatos, como a efetivação de Machado no poder para o quadriênio 1892-1896, tendo sua chapa como primeiro vice-presidente o monsenhor Valfredo dos Santos Leal, descendente de uma importante família dos Antigos Liberais de Areia. A relação dos Santos Leal com o Machado, contudo, provém de muito antes. Na década de 1840, a Assembleia Provincial da Paraíba foi dominada pelo tio paterno de Álvaro Machado, Maximiano Machado, pelo chefe do Partido Liberal de Areia, José Joaquim dos Santos Leal, e pelo deputado areiense Luís Vicente Borges, formando um triunvirato que representava aquelas famílias. A ligação de Álvaro Machado e Valfredo dos Santos Leal tem origens muito anteriores. Por mais de meio século, esta aliança familiar constituía a liderança no município de Areia, juntamente com os Almeida e os D'Ávila Lins³.

³ Em Areia, a família Almeida estava representada por Ignácio Augusto de Almeida, aliado direto da família D'Ávila Lins, cujo nome de representação política era o do médico José Elias D'Ávila Lins, primeiro prefeito da cidade nos anos iniciais da nova República.

FIGURA 02: Álvaro Lopes Machado.

Fonte: <<https://www.geni.com/people/%C3%81lvaro-Lopes-Machado/6000000016412914208>>.

Os feitos do governo Álvaro e Valfredo foram imediatos. Foi dos mais operantes que a Paraíba já teve. Mesmo encontrando salários atrasados, equipou e deu sustentação à força pública, instalou o Tribunal de Justiça do Estado, abriu várias estradas e foi um marco na construção de açudes em diversas localidades, tais como: Areia, Guarabira, Itabaiana, Campina Grande, São João do Cariri, Piancó e Sousa. Além disso, criou a Diretoria de Obras e a Junta Comercial. Foi o responsável pela criação da imprensa oficial do governo, com o jornal “A União”. Ademais, reduziu a dívida do Estado para que pudesse receber benefícios e recursos do governo central.

Partindo para a realidade política no Estado, criou o Partido Republicano e para ele atraiu os mais tradicionais nomes das antigas parciaisidades do Império. Firmou-se como dirigente do partido e esteve à frente dele por mais de 20 anos, enquanto pendurou sua atividade política como governador e senador da República. O presidente do Estado inovou a parte administrativa, findando com as intendências municipais e criando os cargos de prefeito e subprefeito para cada município. Vale ressaltar que estes cargos eram nomeados diretamente pelo presidente do Estado, fazendo emergir as disputas locais e ascender o poder do chefe estadual, o que faria com o mais obsoleto critério de nomear os que eram seus aliados e detentores de suas bases eleitorais.

Governou o Estado por duas vezes; em ambas, não concluiu o mandato. Na primeira oportunidade, renunciou ao cargo, já que fora eleito senador da República. O vice-presidente Valfredo Leal, em outras ocasiões, já vinha assumindo interinamente o governo, como relata a obra *História da Paraíba, tomo II*, de Horácio de Almeida, publicado em 1978:

Mons. Valfredo Leal, vice-presidente, assumiu o exercício em caráter definitivo, como já havia assumido duas vezes antes, interinamente, durante licença do titular, que viajara ao Rio de Janeiro. Fazia repetidas viagens ao Rio porque a mulher não se conformava em morar na Paraíba (ALMEIDA, 1978, p. 214).

O momento político na Paraíba era de movimentações no sentido de receber os novos adventos da República e sua ramificação nos grupos oligárquicos de então. O presidente Álvaro Machado transformou uma oportunidade a ele concedida pelo poder central e formou o seu segmento. O “alvarismo” veio com grande teor de forças partidárias e políticas, e foi assim que conseguiu uma cadeira de senador, deixando o cargo para o primeiro vice-presidente, Mons. Valfredo Leal, que serviu de patamar nas aspirações políticas do titular. Com Álvaro Machado no Senado e Valfredo Leal no governo do Estado, surgem “novos” nomes para suceder a política de parentela e de troca de favores. A sucessão Álvaro/Valfredo foi diretamente para as mãos das futuras oligarquias. Sendo assim, por consequência, desponta a oligarquia formulada pela família Pessoa, de Umbuzeiro, tendo à frente o jovem e talentoso deputado federal e futuro presidente da República Epitácio Pessoa. Nesse mesmo ensejo, ressurgiu a família Lucena, descendente do Barão de Lucena, tendo governado o Estado Sólon de Lucena, que era sobrinho-neto do Barão e primo de Epitácio Pessoa.

Com este momento vivenciado na política estadual, cada vez mais crescia a hegemonia de Álvaro Machado, que perdurou por quase 20 anos até 1912, quando estava na cadeira do Senado e veio a falecer, deixando o seu sempre sucessor direto Valfredo Leal na liderança do partido republicano e na chefia política. Este já criava divisões de controle com Epitácio Pessoa, que esteve à frente das decisões entre 1915 e 1930. Após o distanciamento de Machado da chefia do governo, o nome da sua prole ressurgiu com o irmão João Lopes Machado, que viria a governar o Estado entre 1908 e 1912, finalizando, assim, a oligarquia introduzida dentro da Paraíba. Certamente, a forma implementada no Estado com a República foi mais figurativa do que efetiva, visto que todos os personagens inseridos estavam pertencendo e eram dependentes diretos de chefes políticos que ora eram familiares, ora eram seus “donos” por favores pessoais.

1.3 O presidente Epitácio Pessoa: entre a Paraíba e o Brasil

A chamada República Velha de 1889 a 1930 é também denominada na Paraíba, assim como no Brasil, de república oligárquica, isto é, de predomínio das oligarquias.

Nesta fase, o Estado passou por três oligarquias: o venancismo (Venâncio Neiva), o alvarismo (Álvaro Machado) e o epitacismo (Epitácio Pessoa).

Em agosto de 1914, explodiu a Primeira Guerra Mundial e na Paraíba esboçou-se uma crise econômica em virtude do seu principal produto de exportação, o algodão, ter ficado retido na fonte. Em virtude das dissensões reinantes dentro do Partido Republicano Conservador, explodiu uma grande crise de natureza política quando Epitácio Pessoa assumiu a chefia do partido, deixando Valfredo Leal como chefe da comissão executiva o que acabou desagradando os políticos da velha guarda radicados no Estado, os quais tinham Valfredo Leal por chefe. Como resultado, as duas alas do partido passaram a se hostilizar mutuamente, gerando antagonismo entre os dois chefes.

Castro Pinto se manteve na difícil posição de neutralidade, desagradando os epitacistas, que exerceram uma forte pressão para que deixasse o governo. Houve uma forte tensão entre os valfredistas, que viam a possibilidade de cair o governo nas mãos do vice-presidente Antônio Pessoa. Quando Epitácio Pessoa ofereceu a Castro Pinto um lugar no Senado ou no Tribunal de Contas a troco de sua renúncia, este fato deixou o presidente Castro Pinto constrangido, num conturbado horizonte político em que Epitácio Pessoa e Valfredo Leal caminhavam para um iminente rompimento da simulada aliança.

Isto impossibilitou entendimentos para a composição da chapa para as eleições para deputado federal e uma vaga de senador. Valfredo Leal queria a cadeira do Senado para João Machado, além de mais dois lugares na chapa de cinco deputados federais, enquanto Epitácio Pessoa não aceitava a indicação de João Machado para o Senado. Para contornar o impasse, Pinheiro Machado sugeriu que João Machado fosse para a Câmara dos deputados. Devido ao fato de não ter havido qualquer tipo de acordo político para a situação, o inevitável rompimento entre os dois chefes acabou ocorrendo.

Em 15 de janeiro de 1915, Epitácio Pessoa chegou à Paraíba. Ao convocar seus amigos, lançou um manifesto e apresentou a sua chapa para a eleição do dia 30, a qual correu de forma livre e pacífica, exceto em Campina Grande, onde a mesa apuradora foi dissolvida à mão armada e as urnas quebradas. Como resultado do pleito, foi eleito para o Senado como vencedor Cunha Pedrosa, e, para deputado, Camilo de Holanda, Cunha Lima, Maximiano de Figueiredo, Otacílio de Albuquerque e Simeão Leal.

Foi com estas posturas que, por 15 duradouros anos, Epitácio Pessoa esteve à frente da chefia política do Partido Republicano na Paraíba (1915-1930), e ditou regras políticas com vistas aos futuros pleitos. Toda esta estrutura entrou em declínio com a Revolução de 1930, pois muitos dos seus opositores, que estavam cansados do

ostracismo, lentamente seguiam rumo ao epitacismo, sobretudo depois que seu chefe maior galgou a Presidência da República.

É necessário analisar este período dividindo-o em dois momentos: um primeiro marcado pela presença de Álvaro Machado, que embora tivesse a figura efetiva de Epitácio Pessoa no mesmo partido, era ele quem regia as posições e decisões partidárias. Consequentemente eram advindos da importância política de Álvaro Machado seu irmão, João Machado, e seu amigo, Valfredo Leal. No segundo momento, com a morte de Álvaro Machado, em 1912, assume a chefia do partido o magistrado Epitácio Pessoa, deixando para escanteio o líder Valfredo Leal e sendo cortejado sempre pelos aliados de Venâncio Neiva e seus simpatizantes. Horácio de Almeida, em *História da Paraíba, tomo II*, de 1978, descreve a rivalidade vivenciada entre Pessoa e Leal:

Quando Epitácio Pessoa partiu do Rio de Janeiro para medir forças com Valfredo Leal, sabia que estava correndo grande risco. Levava a vantagem do talento e do nome que repercutia com sonoridade, mas os discursos que fez na Paraíba não foram os mais brilhantes de sua vida. Escorregou na gramática, o que deu rumores da imprensa. Acabou, entretanto, ganhando a parada que teve lances arremangados (ALMEIDA, 1978, p. 229).

Epitácio Pessoa recebeu todas as garantias de sua importância política enquanto chefou seu grupo na Paraíba. Como consequência da Revolução de 1930, o prestígio político da família Pessoa veio a declinar com o prematuro assassinato do então presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 26 de julho de 1930. É importante ressaltar que o nome da família Pessoa sempre esteve em evidência, com a presença efetiva de Epitácio Pessoa e, posteriormente, com o sobrinho João Pessoa, o qual destacou ao tio como sucessor direto. Outros nomes foram o de Sólon de Lucena, que era parente distante de Epitácio Pessoa e do futuro candidato a senador nas eleições de 1950, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o “Epitacinho”, filho de João Pessoa e sobrinho-neto de Epitácio Pessoa.

FIGURA 03: Presidente Epitácio Pessoa.

Fonte: <<http://joseluizalmeida.com/2013/10/30/a-vida-%C2%B4e-assim/>>.

As oligarquias na Paraíba sempre estavam ligadas ao governo central, seja pela tradicional política dos governadores ou pelos acordos firmados pós 1930, com Getúlio Vargas no poder. Casos evidentes desta política dita clientelista eram vistos no advento da Primeira República dentro da Paraíba com a ascensão de Epitácio Pessoa, que iniciou como secretário de governo de Venâncio Neiva em 1889, chegando depois à Presidência da República, em 1918. Outro fato que merece destaque é a aproximação entre José Américo de Almeida e o governo revolucionário de Vargas, que se estende de 1930 a 1945.

José Américo de Almeida nasceu em Areia, em 10 de janeiro de 1887, no Engenho Olho D'Água. Era filho de importantes senhores de engenho no Brejo paraibano. Seu tio, o vigário Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, que regeu a paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Areia, por 52 anos, era vizinho dos pais do talentoso pintor Pedro Américo. Por causa desta proximidade, José recebeu o nome Américo em homenagem ao filho ilustrado da cidade.

Com vastos serviços prestados ao seu Estado, era mais do Brasil que da Paraíba. Como advogado, promotor de justiça, secretário de governo e líder revolucionário, foi prestigiado por Getúlio Vargas, de quem foi Ministro de Estado. Posteriormente, foi designado para assumir o comando administrativo da Paraíba como interventor. José Américo de Almeida muito mais serviu ao Estado como governador eleito pelo voto direto e constitucional em 1951. Basta salientar que nunca deixou no esquecimento seu torrão. Sempre trouxe obras e elevou o nome da brava e pequenina Paraíba por onde

passou. Com os acontecimentos da Revolução de 1930, foi ele quem assumiu a chefia política da Paraíba, sendo acobertado por Getúlio Vargas e pelo esquema montado.

FIGURA 04: Ministro José Américo de Almeida.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_da_Para%C3%ADba>.

No próximo capítulo, muito mais será detalhado sobre a vida política de José Américo de Almeida enquanto militância política e partidária em sua cidade. Gozava de muitos amigos e aliados, mas amargava a antipatia da família Cunha Lima, tema central deste trabalho. Mesmo centrado nos compromissos nacionais, sempre esteve ligado às questões políticas locais de Areia. Epitácio Pessoa desaparece do cenário político dentro da Paraíba e fora dela. Ao assumir a chefia política, José Américo de Almeida galga o grande prestígio do governo central. Ao lado das oligarquias paraibanas, com destaque para a participação política dos campinenses, as intervenções federais vieram trazer autoridade e formar novas oligarquias advindas do início da República, em 1889, ou até mesmo formadas no Império.

Com a Era Vargas, surgiu uma nova política dos governadores⁴. Nesse cenário, reiteramos a questão do surgimento das novas oligarquias e a aproximação entre a capital federal e os setores locais. Na Paraíba, por exemplo, José Américo de Almeida chefiou por muitos anos. Podemos citar outros nomes, como o do então senador Rui Carneiro, assim como Argemiro Figueiredo, os quais figuram entre alguns nomes que, nesse momento, criaram seus feudos para que seus nomes estivessem em evidência e não fossem esquecidos.

⁴ Esta nova política dos governadores surgiu em 1930, com Getúlio Vargas no poder. Era meramente a mesma política de formação das oligarquias, agora formando-se a partir dos interventores federais nomeados pelo governo central e mediante a escolha de Vargas e dos seus aliados.

Com essa nova política, as oligarquias paraibanas, no decorrer de toda a história republicana, moldavam-se em face das novas condições políticas e econômicas, em meio ao processo de reconstrução da identidade da economia nacional e regional e às modificações do meio social. Nesta mesma linha, os grupos dominantes locais se compõem e recompõem, preservando e sempre aumentando seu poder, embora sempre subordinados ao plano federal, ao gosto das oligarquias do Sudeste. No Nordeste, e, em especial, na Paraíba, palco de acirradas disputas eleitorais, o monopólio dos meios de produção, ou seja, a dominação exercida pelos senhores de terras - os coronéis - era exercido sobre os trabalhadores. A política clientelista e o controle da máquina estatal nas mãos de poucos levavam as principais famílias a serem detentoras de todo o controle político do Estado, “Tais como os Dantas – em Teixeira, os Suassuna em Catolé do Rocha, os Cunha Lima – em Areia, os Pessoa – em Umbuzeiro e os Sátiro – em Patos” (GURJÃO, 1999, p. 56).

Algumas destas famílias eram as detentoras do poder. Com o fim da República Velha (1889-1930) e com o advento da Era Vargas (1930-1945), o surgimento de novas figuras deu novo tratamento à política dita de “parentela” nos Estados da Federação. Logo, o papel dos interventores foi fundamental na tarefa de centralização. Numa outra visão, naturalmente, identificados com coronéis e oligarcas, estes interventores tiveram grande facilidade em manter a boa convivência da elite velha com o governo central, permitindo-lhe a prática de uma política econômica que viabilizasse a concentração e a centralização de capital no Sudeste do país.

Na Paraíba, as interventorias apresentaram-se como força maior, disciplinadora da ordem e dos costumes oligarcas. Quando José Américo de Almeida assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas, foi substituído na interventoria da Paraíba por Antenor Navarro, tendo havido sucessão até 1945. Antenor Navarro foi um interventor operoso. Deixou grandes feitos, como o Porto de Cabedelo, e recebeu da Paraíba homenagens póstumas tendo o seu nome eternizado em ruas, logradouros públicos e até em uma cidade.

Conseqüentemente, todas as demais literaturas trazem, em suma, referências capazes de compreender a construção da imagem pública de José Américo de Almeida, ilustre areiense, que conseguiu, mesmo não conquistando a Presidência da República, grande prestígio político nacional, ultrapassando até a força política de Epitácio Pessoa.

2. O BREJO DE AREIA E A POLÍTICA DO “MUNDO NOVO”

2.1 Panorama geral da cidade de Areia entre o Império e a República

Há cidades que não têm história, cidades humildes, onde nada acontece digno de menção. Nascem e vivem como indivíduos que apenas aspiram a um lugar ao sol. Outras há que tiveram fastígio e depois agonizam. A este grupo pertence Areia, ao grupo das cidades que se exauriram num passado de lutas e glórias, sem mais força no presente para deixar tradição ao futuro (ALMEIDA, 1980, p. 01).

Não se sabe ao certo quando o povoamento da cidade de Areia teve início. Tudo indica que foi do fim do século XVII para o princípio do século XVIII, podendo-se firmar uma data ao redor do ano de 1700. Quando se iniciou a ligação do Sertão com a capital, o Brejo já estava praticamente povoado, servido de uma estrada de chão que ligava o Sertão de Bruxaxá à direção do interior. É pertinente afirmar que as estradas que interligavam estes lugares serviram como os antigos caminhos dos nativos que circulavam pelo interior, como os nativos da grande nação Cariri, responsáveis pelo surgimento de Areia. Foi a partir destes que povoou o Brejo o grupo dos Bruxaxás. Por muito tempo, Areia foi conhecida por Sertão de Bruxaxá. Já em 1760, segundo as cartas de sesmaria, aparece com a denominação que lhe atribuiu o nome de Areias⁵.

A denominação Brejo de Areia foi tirada de um riacho que passa pela propriedade Saboeiro, ao nascente da cidade, e que, mais adiante, recebe o nome de Mandaú, afluente do Mamanguape. A palavra “Brejo” deriva-se dos alagadiços e águas correntes em abundância, ao passo que “areia” era um material escasso em todo o território do município, cuja origem é pertinente sob ocorrência do riacho do Saboeiro.

As tradicionais famílias de Areia, quando não provinham de Goiana, que foi o maior centro de ramificação para o interior, vinham de outras partes do litoral, sobretudo de Mamanguape. A esses troncos genealógicos pertencem muitas famílias tradicionais de origem portuguesa:

Estão ligados os Costa Pereira, Miranda Henriques, Casado de Oliveira, Soares da Costa, Guedes Pereira, Guedes Alcoforado, Pereira de Melo,

⁵ A palavra “Sertão” designava toda a terra que ficava situada no interior do país. Às vezes, a própria costa tomava a denominação de sertão, quando desabitada. Até no Rio de Janeiro, chamava-se de sertão carioca as terras que ficavam além dos antigos muros da cidade, isto é, além da atual Praça da República. Bruxaxá – palavra indígena de formação onomatopáica, significa “terra onde canta a cigarra”.

Correia Lima, Costa Machado, Santos Leal, Cruz Gouveia, Trindade Maribondo, D'Ávila Lins, Granjeiro de Melo, Cabral de Vasconcelos, Gonçalves Lisboa, Gondim, Cunha Lima, Sales, Borges, Dias e Almeida (ALMEIDA, 1980, p. 06).

A freguesia foi criada por provisão de 29 de junho de 1813, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição. Muito antes, em 1800, o povoado já possuía uma pequena capela, local onde hoje está edificada a Igreja Matriz. Até hoje não se sabe quem foi o primeiro vigário de Areia, porque nos registros da paróquia não consta a informação e seu livro de Tombo não mais existe. Frei João de Santa Teresa foi o primeiro que, conforme registros, assumiu o ofício de vigário em Areia em meados de 1813.

FIGURA 05: Trecho da rua principal da cidade de Areia, em 1944.



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Areia.

Com a criação da freguesia, Areia estava a caminho da emancipação política. Em 1815, cortou suas relações de servidão com a Vila Real de Monte Mor da Preguiça (atual Mamanguape). Erigiu-se como vila pelo alvará régio de 18 de maio de 1815, com o pomposo nome de Vila Real do Brejo de Areia. Era a nona vila criada na Paraíba. Pertenciam ao território de Areia as povoações de Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada.

Areia está na parte oriental da Borborema, a 622 metros de altitude. É um município pequeno, com apenas 630 quilômetros quadrados. A temperatura média anual mantém-se em 25 graus. Seu inverno é característico ao europeu: a cidade se

cobre de névoa a tal ponto que, estando uma pessoa na janela de sua casa, não distingue quem passa na calçada.

Em 1845, o segundo⁶ colégio eleitoral da Paraíba era o de Areia, que contava com 37 eleitores. No Império, o sistema eleitoral vigente era o adotado com a Constituição de 1824, em que as eleições eram indiretas, feitas por eleitores das paróquias. Dez anos depois, Areia já era o primeiro colégio eleitoral da Paraíba, desfalcando até a capital, que figurava como terceiro reduto eleitoral.

A importância econômica de Areia para o interior do Nordeste era superior. Era o principal caminho desde os antigos de ligação do Sertão com a capital, ou do interior da Paraíba com Pernambuco. O comércio existente na cidade era capaz de suprir todas as expectativas do meio. Muitas eram as casas de comerciantes que mascateavam na Praça do Recife e vendiam em Areia. Outros sempre iam mais longe, até a capital do país, para adquirir “melhores” produtos. A feira de Areia era a maior do interior do Nordeste. Não é pertinente falar em economia, consumo e comércio sem ressaltar a importância agrícola da cidade que detinha a importância de 100 engenhos produtores de açúcar e derivados, todos ativos até meados do século XX.

Com a transição do Império para a República, a cidade de Areia sofreu alguns “golpes” que resultaram no seu isolamento econômico e político, ao entrar para o ostracismo definitivo. Casos isolados fizeram com que a pequenina cidade situada no alto da Serra da Borborema estivesse de fora do desenvolvimento e dos bons ventos do futuro. Quando a estrada onça, que liga até hoje Areia à cidade de Alagoa Grande (antiga Lagoa do Paó), foi aberta, serviu para a comercialização de bens de consumo entre as duas localidades. Um fato que deixou Areia isolada foi a construção da estrada de ferro que fazia a ligação entre Goiana, Itabaiana, Independência (hoje Guarabira) e Alagoa Grande, não incluindo, no entanto, Areia.

A participação intelectual de Areia vai muito mais além. É uma cidade dotada de grandes vultos, grandes talentos que trouxeram brilho e cultura para seu torrão, homens cultos que fizeram referência e, de alguma maneira, deixaram legado que lembrasse o nome de Areia. Desde o século XVIII, a cidade oferecia à Paraíba e ao Brasil grandes expoentes, seja nas artes, no Direito, na Medicina ou no clero. Até 1900, Areia já tinha sacerdotes filhos da terra, tais como:

Padre Manuel Cassiano da Costa Pereira, Padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, Monsenhor Luís Sales, Monsenhor Valfredo Leal, Dom

⁶ O primeiro era o de Sousa.

Adauto de Miranda Henriques, Dom Santino Maria da Silva Coutinho, Padre Cicinato Cabral de Vasconcelos, entre outros que de maior ou menor importância servirão ao seu torrão (ALMEIDA, 1980, p. 184).

Na área jurídica, destacaram-se muitos bacharéis filhos de Areia. Entre eles:

Manuel Correia Lima, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, José da Costa Machado, Fausto Benjamin da Cruz Gouveia, Crispim Antônio de Miranda Henriques, Claudino José dos Santos Leal, Luís Vicente Borges Júnior, Púpulo Liberato Bandeira de Melo, José Antônio Maria da Cunha Lima, Gérson Alves da Costa, Antônio Simeão dos Santos Leal e Antônio Augusto Correia Lima (ALMEIDA, 1980, p. 184).

Na Medicina, muitos foram os formados areienses, alguns com grandes dotes para a política local e do Estado, tais como: “José Evaristo da Cruz Gouveia, Ábdon Felinto Milanez, José Elias D’Ávila Lins, João Lopes Machado, Afonso Lopes Machado e Otacílio de Albuquerque” (ALMEIDA, 1980, p. 184).

Partindo para o campo das Belas-Artes, dois nomes até hoje fazem honrar o brilho e a “dinastia” da terra que lhe conceberam, que foram os irmãos Pedro Américo de Figueiredo e Melo, grande pintor, político e professor, e seu irmão, Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo, talentoso pintor, ambos reconhecidos internacionalmente.

FIGURA 06: Pedro Américo de Figueiredo e Melo.



Fonte: Acervo da Casa Pedro Américo – Areia-PB.

Seriam estes os nomes, dentre vários outros que nasceram na cidade de Areia, um pequeno município do interior do Nordeste, que, com maestria, trouxeram destaque

para a terra-mãe. De tal forma, mesmo sem procedência direta, todos eles concederam aos seus descendentes o orgulho de pertencer a tal meio social. Uma cidade que, em uma única rua, despencava de tantos filhos doutores era motivo de grande apreço.

2.2 As famílias areienses e o domínio da política do Estado da Paraíba

Em política tinha Areia muitos chefes, quase todos brigados entre si, e como nenhum reunia maior soma de votos, a vingança se exercia fatalmente contra a terra comum, vítima de sua própria fecundidade (ALMEIDA, 1980, p. 181).

Com a República proclamada em 1889, as tradicionais famílias que se destacaram em Areia eram todas interligadas entre si. De um lado, a postura ferrenha de antigos inimigos do Império Brasileiro; do outro, muitos chefes que, motivados pela ânsia de poder, estavam sempre relutando e almejando mais conquistas políticas. A ascensão de areienses ao governo do Estado fez com que os pequeninos políticos se autodenominassem importantes e os grandes nomes fossem cada vez mais contundentes na busca pelo querer mais.

Após a saída de Venâncio Neiva do poder como primeiro presidente republicano do Estado da Paraíba, os areienses estavam mais próximos de galgar novos ares. Para tanto, contribuíram personalidades como Ábdon Milanez, que se destacou como um talentosíssimo senador da República, sem nos esquecer do operoso governador Álvaro Lopes Machado e outros, tais como: Simeão Leal, Coelho Lisboa, Valfredo Leal, o jovem político Otacílio de Albuquerque e o foco da nossa pesquisa, o jurista Cunha Lima, que fez brilhar o sobrenome da família e conquistou cargos públicos de destaque no cenário nacional.

Nem sempre estes políticos estavam unidos. Por força dos nomes, em Areia, formavam-se pequenos agrupamentos partidários, eram detentores de prestígio local e gozavam da amizade do chefe político do Estado. Em determinados momentos, caracterizavam uma verdadeira alegoria de uma cascata de sobrenomes e uma anciã de renome. Muitos estavam de lados opostos, mesmo pertencendo à mesma família. Eram irmãos que estavam intrigados por conta da política; eram parentes que, nas rixas locais, eram inimigos ferrenhos.

Tratava-se de uma época de conchavos políticos, dos simulacros de eleição com um eleitorado totalmente de cabresto. As urnas eleitorais de então assemelhavam-se a uma cartola de mágico, de cujo interior o nigromante, num passe de escamoteação, só

tirava os candidatos de sua preferência. Desse modo, Areia estava entrelaçada aos domínios dos coronéis, que eram muitos. Alguns deles detinham maiores poderes, enquanto outros tinham poderes diminutos. Por ser uma terra fecunda pela atividade da agricultura, Areia era vista como detentora de grandes homens que, em momentos distintos, estavam unidos, e depois, separados.

No passar destes movimentos políticos que surgiram em Areia desde a Revolução de 1817, a cidade vivenciou o apogeu de galgar seu espaço na vida política nacional, mesmo com o declínio da República Velha no ano de 1930, acarretando modificações profundas no panorama político nacional. A Paraíba esteve presente desde o início dos movimentos e a cidade de Areia teve o privilégio de contribuir para a vitória da causa com a participação de um filho de consagrado nome e valor, José Américo de Almeida, que se tornou menos dela do que do Brasil. Por duas vezes, o eminente político assumiu o governo da Paraíba, a primeira delas em 1930, na fase revolucionária e após, em 1951, como governador constitucional.

Não se pode falar de política no Estado da Paraíba sem destacar a presença de Areia dentro das manifestações e dos movimentos que historicamente soariam a hora do mandonismo e da prepotência, desencadeada no fim do século. Ao culto das letras e das artes, às campanhas da abolição e da República, havia de suceder um período de agitação partidária, que anunciava uma época de sombras. É importante fazer este paralelo e referenciar alguns nomes que se destacaram na vida política de Areia entre o Império e a República: Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia como representante do Império e o Coronel José Elias D'Ávila Lins como representante da “nova” República e o primeiro prefeito da cidade de Areia em 1889.

FIGURA 07: Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia (Médico).



Fonte: Acervo da Academia de Letras de Areia.

Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia (1828-1892), areiense, formado em Medicina em 1852, destacou-se pelo seu trabalho à frente dos serviços médicos. Representou a Paraíba como deputado provincial, deputado da Câmara Federal, vice-presidente do Estado por três vezes, chegando a assumir os destinos da Paraíba como governador, comendador da Ordem de Cristo e oficial do Império Brasileiro da Ordem da Rosa. Em todas as funções que exerceu, fê-lo com honra e dignidade. De modo que, ao falecer, deixou de herança para sua família um nome limpo e inatacável, acatado inclusive pelos seus próprios adversários. Foi por longos anos o médico da pobreza e um dos esteios do Partido Conservador ao lado do Barão do Abiaí. Como foi destaque na época do Império, desconhecia-se a figura do chefe de aldeia. Areia tinha nomes de merecimento, mas nenhum se intitulava como chefe.

FIGURA 08: Dr. José Elias D'Ávila Lins.



Fonte: Galeria Oficial dos Ex-Prefeitos.

Dr. José Elias D'Ávila Lins (1851-1901), areiense, era filho do coronel Remígio Veríssimo D'Ávila Lins e de Maria Carolina Augusta de Albuquerque. Seu avô materno era o capitão-mor Bartolomeu da Costa Pereira. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1883. Trabalhou no Amazonas durante alguns anos, retornando a Areia em 1894, onde passou a exercer sua profissão de médico, ao mesmo tempo em que entrava firme na política, fazendo oposição ao Dr. Cunha Lima. Em 06 de março de 1895, foi eleito deputado estadual numa vaga surgida na Assembleia Legislativa. Com a criação dos cargos de prefeitos, foi nomeado prefeito de Areia pelo presidente do Estado, Álvaro Machado, em 25 de maio de 1895, assumindo o cargo em 05 de junho. Em 13 de novembro de 1895, assumiu o cargo de inspetor de higiene do Estado (secretário de saúde) licenciando-se da prefeitura. Foi exonerado do cargo de prefeito em 24 de

dezembro de 1895. Permaneceu no cargo de inspetor de higiene do Estado até 18 de maio de 1900, quando pediu afastamento por problemas de saúde. Faleceu em 1901, deixando viúva Maria Hosana de Albuquerque, além de nove filhos.

2.3 A família Cunha Lima e o surgimento na política de Areia

O tronco da família Cunha Lima é originário de Portugal. Na verdade, ela é o resultante da fusão de duas famílias portuguesas: Cunha e Lima. No Império Brasileiro, foram agraciadas com terras de algumas partes do território, a exemplo do Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No caso específico de Areia, nos idos de sua formação, foi adquirida pela prole uma data por nome de Jussara (Data de Jussara), que media cerca de uma légua quadrada, com exceção das sobras.

A origem conhecida da família Cunha Lima é de Seridó, no Rio Grande do Norte, de onde veio Antônio José da Cunha, que se estabeleceu em terras do Brejo de Areia, onde foi preso pelo delegado Francisco Xavier de Miranda Henriques Filho, por conta do seu envolvimento na Revolução de 1817. As terras adquiridas pela família ficaram abandonadas por muitos anos. Antônio José da Cunha era viúvo, casando-se com Violante de Miranda Henriques, com quem teve vários filhos; entre eles, Antônio José da Cunha Lima, que deu origem ao ramo da família Cunha Lima de Areia e do interior da Paraíba, entre o Brejo e o Curimataú.

Foi Manoel Gomes da Cunha Lima que deu embasamento ao surgimento do tradicional tronco na vida política local, que nesta época servia ao Exército em Recife, capital de Pernambuco. Ele soube que estavam havendo invasões de posseiros nas terras da sua família nos Sertões dos Bruxaxás e resolveu vir até Areia para averiguar a situação, o que fez viagem de muitos dias. Ao chegar a Areia, constatou os fatos de que na propriedade denominada Gitó (ou Jitó) já havia posseiros instalados. Retornando ao Recife, pediu providências sobre o caso, mas não obteve sucesso. Rebelou-se e foi punido com muitas chibatadas. Então, fugiu do quartel e veio para Areia tomar posse de suas terras.

Instalou-se nas terras onde hoje é o Engenho Jussara, que por ele foi fundado. Mais tarde, vieram alguns parentes, para quem ele foi determinando áreas para que instalassem engenhos ou outra forma de exploração. Assim, os diversos engenhos existentes no município foram instalados por Maneco e seus familiares, como, por exemplo, Jussara, Jassarinha, Pacas, Gitó, Mundo Novo, Várzea do Carrapato, Alagoinha, Bom Retiro, Poções, entre outros.

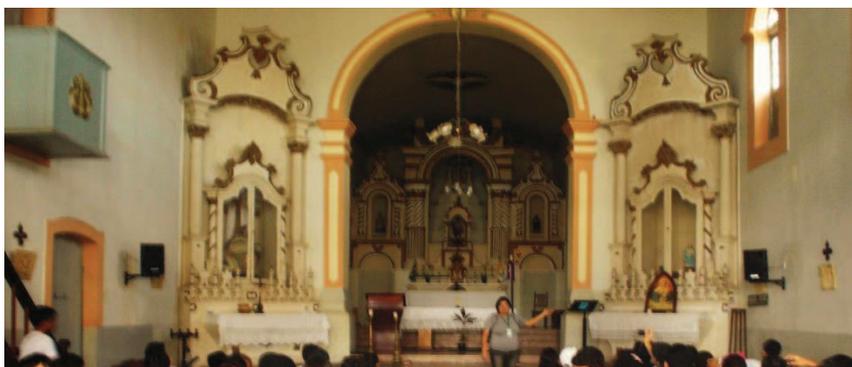
Sem dúvida, foi através de Manoel da Cunha Lima que a família iniciou seu ápice na política local. Por ser detentor de grandes propriedades rurais, este poder se alastrou não só pelo Brejo, mas também pelo Curimataú da Paraíba. Nesta época, entre 1846, ano da Emancipação Política de Areia (leia-se 18/05/1846), o serviço braçal era realizado por homens de cor, os escravos, e os que pertenciam ao Sr. Maneco da Jussara andavam de paletó e gravata, mas descalços, tendo sido de grande serventia na construção do primeiro templo sagrado de Areia, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que teve a iniciativa de uma irmandade de cor (escravos). Não se tem a data de início de sua construção. Nesse panorama, descreve Horácio de Almeida que, no Brejo de Areia, “O governo provincial, em 1865 outorgou-se uma verba de quatro contos de réis para o andamento das obras, porem sua conclusão se deu em 1886 quando ali foi celebrada a primeira festa religiosa” (ALMEIDA, 1980, p. 21).

FIGURA 09: Igreja do Rosário dos Pretos.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior.

FIGURA 10: Nave principal da Igreja do Rosário.



Fonte:

https://www.facebook.com/gabi.guiaturismo/media_set?set=a.843412829103938.1073742020.100003056857453&type=3.

A Igreja acha-se localizada no centro da cidade, em frente à Praça Ministro José Américo de Almeida. Trata-se de uma construção em que se verifica a persistência do estilo arquitetônico que vigorou durante três séculos a partir de nossa colonização. Sua comparação com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição goza de um gosto arquitetônico mais profundo que a anteriormente citada.

É nesta mesma linha de pensamento que podemos analisar o poder local da família Cunha Lima em Areia desde o Império Brasileiro até a República (Velha e pós-redemocratização do Brasil). No contexto da escravidão no Brasil, conta-se que Marçal, era escravo de Manoel Gomes da Cunha Lima, senhor de engenho de Jussara e Mundo Novo. Era casado com uma escrava da mesma senzala, havendo filhos pequenos do casal. Certo dia, vendo a mulher debaixo do açoite às mãos do senhor, correu em socorro dela. Seu temperamento forte contrastava com a condição servil a que a raça estava submetida naquele momento. Aconteceu que, por essa indébita intromissão em favor da companheira, entrou também no castigo. Desvairado, investiu contra o senhor, ferindo-lhe o braço e ainda tentando estrangulá-lo. Com a intervenção de terceiros, foi subjugado, flagelado e entregue à Justiça, que o condenou à morte por tentativa de homicídio.

O próprio Manoel Gomes foi o primeiro a reconhecer a severidade do julgamento, embora tarde demais para reparar o mal. O fato ocorreu em 1847, sendo promotor público da comarca Manuel Correia Lima e juiz de Direito Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque. Infelizmente, não é possível recompor o caso, nesta oportunidade, com detalhes mais precisos. Debalde se diligenciou em busca do processo nos cartórios de Areia, perdido na confusão dos papéis velhos, destinados a alimento de traças. Foi a única execução na forca instalada no ponto alto da cidade nas extremidades do atual Colégio Estadual Álvaro Machado, que naquela época servia de campo macabro de execuções. Arrependido, Manoel Gomes da Cunha Lima libertou mais tarde todos os filhos de Marçal. Manoel Gomes era pai da nossa fonte de pesquisa, o “Doutor Cunha Lima” que, à época da execução, não havia nascido. Nasceu três anos depois, em 1850 e, conquanto filho natural, foi quem mais elevou o nome da família.

Manoel Gomes da Cunha Lima fez parte das ações de libertação do município em 1846. Prestou relevante serviço ao povo de Areia como membro do conselho administrativo. Como senhor de engenho, fez um profícuo trabalho artesanal na fabricação de rapadura. Era homem de muitas posses, deixando legado promissor aos seus descendentes, sobretudo ao filho bacharel em Direito Cunha Lima, nossa inesgotável fonte de pesquisa e razão pela qual desempenhamos este trabalho. Manoel

Gomes vivenciou nos áureos tempos do Império Brasileiro uma diferente escala entre ser subordinado e ter o poder necessário através do econômico para gerir e determinar ações e ditar regras para um povo, para uma cidade.

2.4 “Doutor Cunha Lima”, o primogênito da prole na política da Paraíba

Atestada desde a antiguidade, a biografia é, desde a origem, um gênero híbrido e compósito. Equilibrando-se sempre entre verdade histórica e verdade literária, sofreu profundas mudanças ao longo do tempo – quanto à escolha e à elaboração dos fatos e do estilo narrativo (LORIGA, 2010, p. 18).

É uma forma de estabelecer regras gerais. Sem dúvida, numerosos biógrafos privilegiam uma narrativa substanciada na cronologia seguindo as escansões biológicas da existência: o nascimento, a formação, a carreira, a maturidade, o declínio e a morte. Mas, isto não implica que a biografia deva necessariamente repousar sobre uma trama cronológica.

A partir de agora, descreveremos com os mais singelos detalhes como o nosso pesquisado influenciou politicamente sua época, bem como sua contribuição para sua descendência, como era visto e analisado perante um povo que o admirava, como também por aqueles que, em relatos populares, falavam do senhor de escravos, um homem das letras e da agricultura.

FIGURA 11: Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima (Dr. Cunha Lima).



Fonte: Arquivo pessoal da Dra. Zena da Cunha Lima Martins.

Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima nasceu em Areia, no dia 29 de agosto de 1850, filho de Manoel Gomes da Cunha Lima e de Francisca Antônia da Conceição.

Estudou as primeiras letras em Areia, com o Professor José Inácio Guedes Pereira, sendo depois aluno do renomado Mestre Joaquim da Silva, nas cadeiras de Latim, Português, Francês e Matemática. Em seguida, fez os preparatórios no Recife e ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde bacharelou-se em 1872. Regressou a Areia, passou a advogar em toda a região e no ano de 1875 foi nomeado juiz municipal de Bananeiras para o quadriênio 1875-1878.

Cunha Lima casou-se com Inácia Cândida de Melo, filha de José Inácio de Melo Lima e de Josefa Cândido de Melo, e tiveram vários filhos: Coronel Sizenando da Cunha Lima, Josefa da Cunha Lima (casada com Eleusiphio Pinto), José Antônio Maria da Cunha Lima Filho (Coronel Cunha Lima), Maria Eugênia da Cunha Lima (casada com Juvenal Espínola de França), Isabel da Cunha Lima, Manoel da Cunha Lima, Pedro da Cunha Lima e Bertha Áurea da Cunha Lima (casada com Bartolomeu de Barros Correia).

Após o término de seu mandato de juiz municipal, voltou a advogar e ingressou firme na política pelo Partido Conservador, que era chefiado em Areia pelo Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, que foi o político de maior destaque até o final do Império.

O coronel Manoel Gomes da Cunha Melo, conhecido por “Maneco da Jussara”, era cunhado do Dr. Cunha Lima. Foi vereador e presidente da Câmara por vários mandatos, sendo também deputado provincial (deputado estadual) posteriormente.

Entrando na pauta de Cunha Lima como senhor de escravos, recebeu por “herança” do seu genitor, Manoel Gomes da Cunha Lima, este posto no final de 1887. Ao celebrar o batizado de dois de seus filhos, concedeu liberdade aos escravos que restavam em sua senzala. Cunha Lima, como senhor de engenho do Mundo Novo e Jussara, empreendeu este acontecimento às vésperas de abril de 1888, quando em 3 de maio de 1888, a cidade de Areia estava livre do cativo negro local, porquanto dez dias antes da assinatura da Lei Áurea, os senhores de engenho libertavam todos do cativo.

Foi uma festa como nunca houve igual em Areia. Durante quatro dias, a cidade vibrou numa manifestação pública de alegria sem precedentes em toda a sua história. Salvas de tiro, banda de música, foguetório, missa solene de ação de graças, passeata ao

som do Hino da Redenção, composto por Rodolfo Pires⁷ e cantado por meninas e moças, discursos inflamados e sessão magna da Câmara, com a proclamação de Município Livre gravada no pavilhão em letras de ouro. Estas foram as festividades cívicas do primeiro dia.

O povo areiense, então, pôs-se em marcha improvisada, puxado pela banda de música, ouvindo-se novamente a fluência dos oradores. Na sessão magna da Câmara Municipal, fizeram uso da palavra o juiz municipal Dr. Alfredo Moreira Gomes, em nome da municipalidade, Dr. Francisco Xavier Júnior, em nome da Emancipadora Areiense, e mais os seguintes oradores: Dr. Cunha Lima, Dr. Diogo Velho Sobrinho, Dr. Juventino Cabral de Vasconcelos e Dr. Alípio Sales Pessoa⁸.

A primeira participação do Dr. Cunha Lima na política foi em setembro de 1889, quando foi candidato a deputado geral pelo 3º Distrito, cuja sede era Areia, compreendendo ainda Alagoa Grande, Pilões, Bananeiras, Araruna, Cuité, Picuí e Pedra Lavrada. Era candidato pelo Partido Conservador, mas perdeu por uma pequena margem de votos para o candidato do Partido Liberal, Dr. Franklin Dantas.

Após a proclamação da República, foi nomeado juiz de Direito da Comarca de Princesa em 23 de dezembro de 1889. Em 06 de maio de 1890, assumiu o cargo de Chefe de Polícia do Estado, substituindo o conterrâneo Dr. Coelho Lisboa, que rompera com o presidente Venâncio Neiva. Além disso, o governador lhe havia entregue a chefia política de Areia.

No entanto, no dia 14 de agosto de 1890, entregou o cargo de chefe de polícia por divergir de Venâncio Neiva, quando da escolha dos candidatos do Partido Republicano para senadores e deputados federais, principalmente por não ter sido incluído na chapa o nome de Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, o “Barão do Abiaí”, antigo chefe do Partido Conservador, entre os candidatos para a Assembleia Nacional Constituinte.

A Junta Governativa que assumiu o governo do Estado no final de 1891 substituindo Venâncio Neiva resolveu substituir todas as Intendências Municipais que administravam os municípios, inclusive a de Areia, formada pelo Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia (presidente), Manoel Gomes da Cunha Melo (2º membro) e Rufino Augusto de Almeida (3º membro).

⁷ Rodolfo Pires, ao lado de Manoel da Silva, eram os nomes que representavam a “Cruzada Benemérita” em prol da abolição da escravidão na cidade de Areia entre 1887-1888. Foi considerado o “Apóstolo da Liberdade”.

⁸ Elpidio de Almeida (ALMEIDA, 1980, p. 33).

A nova Intendência não conseguiu tomar posse, pois Cunha Lima e seu cunhado, Maneco da Jussara, acompanhados por dezenas de correligionários, impediram a posse, provocando grande crise política, que só foi cessada quando o presidente Floriano Peixoto nomeou o areense Álvaro Lopes Machado para governador da Paraíba.

Houve preparativos de luta sangrenta, que prometia pouco favorável ao delegado do governo. Cunha Lima pegou em armas e concentrou em Jussara numeroso grupo, disposto a levar às últimas consequências o golpe que desferira (ALMEIDA, 1980, p. 162).

Dr. Cunha Lima foi eleito deputado estadual constituinte em 30 de abril de 1892, juntamente com os também areenses Monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal e Dr. Prudêncio Cotegipe Milanez. Com a criação dos Conselhos Municipais, em substituição às Intendências na Administração Municipal, Cunha Lima foi eleito Conselheiro Municipal em 09 de abril de 1893. A posse do Conselho, formado por nove conselheiros, foi em 03 de maio de 1893. O Dr. Cunha Lima foi escolhido presidente, cargo que ficou acumulando com a cadeira de deputado estadual.

Em 01 de março de 1894, foi eleito deputado federal juntamente com o conterrâneo Dr. Ábdon Felinto Milanez, eleito senador. Renunciou então ao mandato de deputado estadual para assumir o de deputado federal. No entanto, permaneceu no Conselho Municipal, mas passou a presidência para o vice-presidente Coronel Idefonsiano Clímaco de Miranda Henriques, que era o pai de Dom Adauto de Miranda Henriques, primeiro Bispo e Arcebispo da Paraíba.

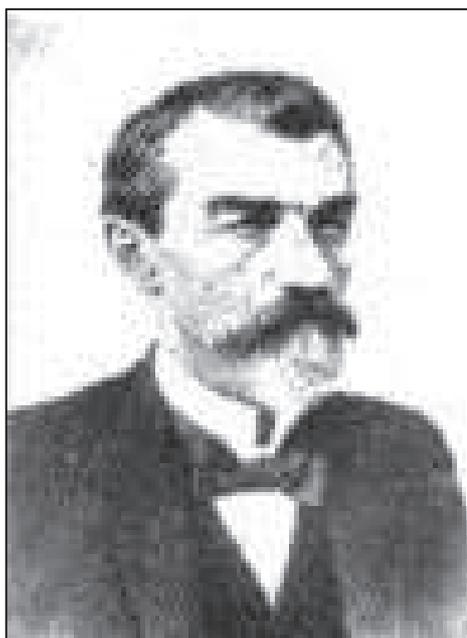
De temperamento inconstante, Dr. Cunha Lima rompeu com o presidente do Estado, Álvaro Machado, no final de 1894, por conta de intrigas e mal-entendidos que teriam sido tramados por Walfredo Leal (primeiro vice-presidente), com quem se desentendera em 1892. Como resultado, foi destituído da chefia política de Areia por Álvaro Machado, que a entregou ao seu adversário, Dr. José Elias D'Ávila Lins, médico que viria a ser o primeiro prefeito de Areia. Como se não bastasse, o governo decretou Intervenção no município, dissolvendo o Conselho Municipal, cujo mandato iria até o final de 1896, em 18 de março de 1895.

Fez-se sentir o peso da máquina do governo, e foi eleito um novo Conselho Municipal para completar o mandato do que fora dissolvido, composto por adversários ferrenhos do Dr. Cunha Lima. Foi também criado o cargo de prefeito, que era de livre nomeação do Governo Estadual. Com isso, os Conselhos Municipais passaram a exercer apenas o Poder Legislativo.

Colocado na oposição, e novamente aliado de Venâncio Neiva e Epiácio Pessoa, Cunha Lima não teve seu mandato de deputado federal renovado em 1897, e, a partir deste momento, ficou no ostracismo⁹ político durante 20 anos. Mesmo abatido, continuou a fazer política e a advogar, já que era uma espécie de juiz de Direito em disponibilidade.

No ano de 1900, graves acontecimentos ocorreram em Areia depois que o Dr. Cunha Lima conseguiu, junto ao amigo e Ministro da Justiça, Dr. Epiácio Pessoa, que um efetivo do Exército viesse destacar em Areia para supostamente dar garantias ao prédio dos Correios. Na verdade, a ação era para intimidar seus adversários. O que estava em jogo era a disputa pelo poder no Estado. De um lado, Epiácio Pessoa como Ministro da Justiça, Venâncio Neiva e seus correligionários, a exemplo do Dr. Cunha Lima. Do outro, a situação dominante chefiada pelo senador Álvaro Lopes Machado e pelo governador Gama e Melo.

FIGURA 12: Alfredo da Gama e Melo.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Alfredo_da_Gama_e_Melo>.

O chefe político de Areia, Dr. Antônio Simeão Leal, pediu garantias ao governador, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, que mandou um contingente da polícia para a cidade. O resultado disso foi o confronto das duas forças durante vários

⁹ Trata-se da exclusão de cargo público ou político.

dias, em verdadeiro estado de guerra que aterrorizou a população. Esse confronto só foi encerrado com a intervenção do comandante da Guarnição Federal da Paraíba.

No ano seguinte, 1901, no Governo do Dr. José Peregrino, o Chefe de Polícia do Estado era o Dr. Simeão Leal, que mandou uma tropa da polícia cercar a propriedade Mundo Novo, do Dr. Cunha Lima, e prender supostos bandoleiros que estariam acoitados na região. Dr. Cunha Lima, com seus homens de confiança, recebeu a polícia a bala. Depois de várias horas de tiroteio, sem que a polícia conseguisse chegar à casa grande do Engenho Mundo Novo, o Vigário Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque se dirigiu ao cenário de luta e conseguiu cessar o ocorrido.

No entanto, os confrontos entre os partidários de Cunha Lima e os de Simeão Leal continuaram por mais alguns anos. Somente no final de 1904, quando Álvaro Machado assumiu o governo do Estado pela segunda vez e resolveu entregar a chefia política de Areia ao jovem médico Octacílio de Albuquerque, que não pertencia a nenhuma das duas facções, pois era inimigo político de Cunha Lima e inimigo pessoal de Simeão Leal, o quadro começou a arrefecer.

FIGURA 13: Dr. Octacílio de Albuquerque.



Fonte: Galeria Oficial do Ex-Prefeitos de Areia-PB.

Conforme elucida Almeida (1980, p. 180), “Nomeado mais tarde prefeito e chefe político do município, [Octacílio de Albuquerque] tratou de formar seu próprio grupo dentro dos grupos existentes, nem era Cunha Lima, nem tampouco Simeão”.

Após anos de ostracismo político, Dr. Cunha Lima reaparece no cenário político em 1910, como membro do Partido Democrático, por meio do qual foi fundador de oposição à situação. O partido era chefiado pelo ex-deputado federal “venancista” Dr. Luís Alves de Lima Filho.

No ano de 1912, faleceu o areense Álvaro Machado, chefe político do Estado desde a queda de Venâncio Neiva. O comando do partido passou para o seu fiel escudeiro, o também areense senador Walfredo Leal. Entretanto, o presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, havia convidado o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Epiácio Pessoa, para voltar à política, pois pretendia lhe entregar a chefia política da Paraíba. Houve um acordo entre os dois grupos, e a direção do partido e do Estado ficou dividida entre Epiácio Pessoa e o Monsenhor Walfredo Leal.

No final de 1912, foram realizadas as eleições municipais e o novo presidente do Estado, Dr. João de Castro Pinto, que substituirá o areense Dr. João Lopes Machado, deu plenas garantias e liberdade às oposições neste pleito.

FIGURA 14: Presidente Castro Pinto.



Fonte:

<https://plus.google.com/112024015169806824637/posts/9UKUN3w9mja?pid=6200370401784545378&oid=112024015169806824637>.

Sentindo um ambiente favorável, Dr. Cunha Lima resolveu apoiar uma chapa na eleição do Conselho Municipal, e conseguiu vencer a disputa com a maioria de 25 votos contra a chapa da situação, apoiada pelo chefe político de Areia, o deputado estadual Octacílio de Albuquerque, pelo prefeito Major Remígio D'Ávila Lins, pelo deputado estadual Major Graciano Soares Cavalcante, irmão de Walfredo Leal, e pelo grupo adversário de Simeão Leal. Como resultado, Dr. Cunha Lima elegeu sete dos nove conselheiros municipais para a legislatura (1913-1916), numa demonstração incontestável de seu prestígio político.

No ano de 1915, houve na Paraíba o rompimento do acordo de 1912 entre “walfredistas” e “epitacistas” e os dois grupos partiram para a disputa. O presidente Castro Pinto se declarou neutro, apesar de sua notória simpatia por Epiácio Pessoa, e

proibiu o uso da máquina do governo por qualquer dos dois grupos. Na chapa epitacista para deputado federal, estavam dois areienses: Cunha Lima e Octacílio de Albuquerque. Na chapa walfredista, Simeão Leal buscava a reeleição, pois era deputado federal desde 1905. Na disputa pelo Senado, estava o areense João Machado.

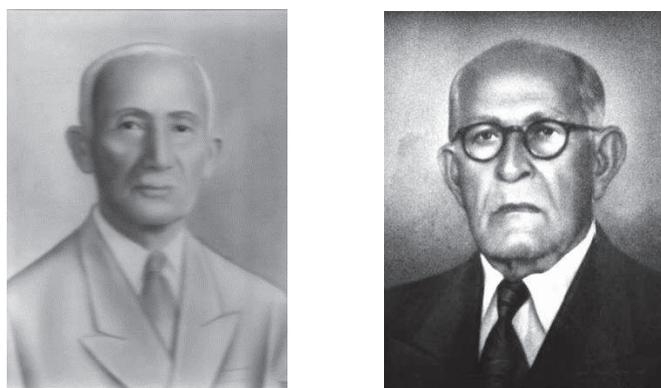
Foi uma eleição acirrada, com o Estado dividido. Por fim, a vitória foi de Epitácio Pessoa por uma maioria de 2.000 votos elegendo o senador Cunha Pedrosa e quatro deputados federais; entre eles: Cunha Lima e Octacílio de Albuquerque. A chapa de Walfredo Leal elegeu apenas um deputado, que foi o areense Simeão Leal. Assim, dos cinco representantes da Paraíba na Câmara Federal, três eram de Areia, apesar de serem adversários entre si e até inimigos pessoais.

O que mais se temia era o encontro entre o Dr. Cunha Lima e o Dr. Simeão Leal, pois, após os acontecimentos de 1901, quando a Casa Grande do Mundo Novo ficou toda esburacada pelas balas da polícia, Cunha Lima jurou que só a consertaria quando ajustasse as contas com seu inimigo Simeão.

Entretanto, ao contrário do que se previa, ao se encontrarem no plenário da Câmara Federal, os dois areienses se abraçaram, comovidos, e se tornaram grandes amigos. Também ocorreu a reconciliação de Simeão com Octacílio, ambos inimigos pessoais.

Com a mudança na política do Estado, Dr. Cunha Lima, depois de 20 anos no ostracismo, voltou a ser o chefe político de Areia. Como consequência, no dia 22 de junho de 1915, o seu genro, o Tenente Juvenal Espínola de França, foi nomeado prefeito em substituição a Alfredo Simeão Leal, irmão do Dr. Antônio Simeão Leal.

FIGURA 15: Alfredo Simeão Leal e Juvenal Espínola de França.



Fonte: Galeria Oficial dos Ex-Prefeitos de Areia-PB.

Dr. Cunha Lima foi deputado federal nas legislaturas 1915-1917 e 1918-1920. Em 1921, no entanto, ele não foi mais incluído na chapa para reeleição, sob a

justificativa do presidente Eptácio Pessoa, de dar oportunidade a outros companheiros de partido. Na verdade, o que ocorreu foi uma represália do presidente, em um episódio ocorrido na Câmara Federal, quando Cunha Lima votou contra um projeto de interesse do governo e, ao ser advertido pelo líder do governo, teria dito: “Quero ver se Eptácio tem coragem de romper comigo”.

Insatisfeito com a exclusão do seu nome da chapa de deputado federal nas eleições de 21 de janeiro de 1921, ele mandou seus eleitores em Areia votarem maciçamente no candidato da oposição, seu ex-inimigo Simeão Leal. Indignado com o ocorrido, o presidente Eptácio Pessoa mandou o governador Sólton de Lucena destituirlo da chefia política de Areia, mas Lucena, grande amigo de Cunha Lima, conseguiu contornar a situação e o manteve no posto.

“Em política, Areia tinha muitos chefes, quase todos brigados entre si e como nenhum reunia maior soma de votos, a vingança se exercia fatalmente contra a terra comum, vítima de sua própria fecundidade” (ALMEIDA, 1980, p. 181). Álvaro Machado, Cunha Lima, Walfredo Leal, Simeão Leal, Coelho Lisboa, Octacílio de Albuquerque, cada qual com seu grupo, mas nenhum deles logrando ser o maior, sem prerrogativas de suserano sobre vassalagem submissa.

Assim, a sociedade, dividida pelo faccionismo político, enfraquecida pela falta de unidade e decepcionada pela nenhuma atenção dos chefes, que se entredevoravam, foi aos poucos caindo no aglomerado incolor, indiferente à sua própria ruína, como um barco à deriva largando os pedaços na rota incerta. No começo, tantos generais sem exército, depois, tropas sem comando: assim ficou Areia, transformada em terra de ninguém.

Além da Casa Grande no Engenho Mundo Novo, o Dr. Cunha Lima era detentor de grandes propriedades e de um sobrado no centro da cidade de Areia que servia como ponto de encontro entre seus aliados e amigos. Situado na antiga Rua do Rosário, que hoje foi dividida para dar nome ao mesmo e ao Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, o majestoso sobrado ainda existe, mesmo não pertencendo diretamente aos descendentes do Dr. Cunha Lima. Ele foi adquirido por artes do destino pelo genro de seu filho, o Dr. Diógenes Martins, casado com uma neta do Dr. Cunha Lima. Hoje, o sobrado funciona como uma instituição de ensino privado e é herança de uma bisneta de Cunha Lima.

FIGURA 16: Sobrado pertencente ao Dr. Cunha Lima.



Fonte: <<https://www.facebook.com/pages/Sistema-Educacional-Areiense/393356314172750?fref=ts>>.

Já com idade avançada, Cunha Lima foi aos poucos se afastando das atividades políticas, as quais passou a delegar ao seu filho, o Coronel Cunha Lima Filho, secundando por outros filhos, genros, netos e bisnetos. Já muito doente, faleceu em 05 de setembro de 1928, aos 78 anos de idade, fato lamentado em toda a Paraíba e principalmente em Areia, pelo prestígio que conseguiu e sempre desfrutou.

FIGURA 17: Busto do Dr. Cunha Lima na Praça que leva seu nome, no centro da cidade.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior.

Este monumento no centro da cidade de Areia representa o sentimento de orgulho e de agradecimento do povo do município ao Dr. Cunha Lima. Foi uma obra idealizada por seu neto quando foi prefeito de Areia, o advogado Elson da Cunha Lima, que prestou essa homenagem ao avô no ano de 1966.

Outro ponto de pesquisa foi o Cemitério São Miguel, em Areia, onde fizemos uma visita em 15 de março de 2015. O campo santo é antigo: segundo informações, foi construído na emergência do *colera morbus* no século XIX, e até hoje sepulta vários areienses, desde os mais ilustres, como o pintor areiense Pedro Américo. Dentre estes mausoléus, está o da família Cunha Lima, ou melhor, de parte dela, pois existem outros membros da prole por questões políticas que não estão sepultados no mesmo túmulo que o Dr. Cunha Lima.

FIGURA 18: Mausoléu da Família Cunha Lima no cemitério local.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulinho de Lima Júnior.

O túmulo está localizado ao lado direito da entrada principal do Cemitério São Miguel. Bem à sua frente, está a Capela do Cemitério, com tonalidades fortes, nas cores azul e branco, em estilo geométrico, com formas retangulares e quadradas. Sua placa é de pedra e tem espessura mediana.

FIGURA 19: Vista frontal do Mausoléu do Dr. Cunha Lima.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior.

FIGURA 20: Placa do Mausoléu que traz os nomes do Dr. Cunha Lima e da sua esposa.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior.

FIGURA 21: Parte posterior do Mausoléu do Dr. Cunha Lima.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior.

Não só a família Cunha Lima e seus descendentes repolsam neste mesmo túmulo. Constam informações de que até ex-funcionários e descendentes dos escravos do Dr. Cunha Lima também receberam apoio e conforto na “derradeira” hora.

No mesmo solo, estão repousando o Dr. Cunha Lima (1928), sua esposa, Inácia da Cunha Lima (1926), o filho, Coronel Cunha Lima Filho (1979), entre outros.

2.5 O legado do Dr. Cunha Lima e a descendência do “Mundo Novo”

“O poder não corrompe o homem; é o homem que corrompe o poder. O homem é o grande poluidor, da natureza, do próprio homem, do poder. Se o poder fosse corruptor, seria maldito e proscrito, o que acarretaria a anarquia” (GUIMARÃES, 1982, p. 06). Assim iniciamos nosso último tópico sobre as origens da família Cunha Lima, sua hegemonia advinda desde 1889 até os dias atuais numa terra fértil de grandes nomes que, com suas particularidades, souberam galgar objetivos e construir uma imagem de senhores de um tempo, de uma gente, de dois séculos. Uma cidadezinha do interior do Nordeste tinha como artifício elencar os grandes líderes e deixar para a posteridade personalidades que marcaram época. Até hoje, o povo de Areia tem a memória viva da

família Cunha Lima. Através dos nomes de ruas, praças, órgãos públicos, a família está perpetuada no seio da sociedade areiense.

A participação da família Cunha Lima na política através de seus descendentes remonta ao Coronel José Antônio Maria da Cunha Lima Filho (Coronel Cunha Lima) nos anos de 1930, que segundo conta, representava a ala rica da prole, ao lado do seu cunhado, o Tenente Juvenal Espínola de França, e dos seus irmãos, Pedro da Cunha Lima e Coronel Sizenando da Cunha Lima, mesmo sendo adversários políticos e até mesmo inimigos pessoais. Seguindo esta tradição, podemos elencar, além da família de Areia, outros troncos da família, como os de Campina Grande, que fazem parte do mesmo tronco de Areia, mas com origens em Guarabira e Serraria. João da Cunha Lima e seus antecedentes deram origem a esta parte da família. Estes membros montaram um forte esquema político que se mantém até hoje. Demóstenes da Cunha Lima foi prefeito da cidade de Araruna, no Curimataú do Estado, na década de 1930, nomeado pelo governador (interventor) Argemiro de Figueiredo. Com o falecimento de Demóstenes da Cunha Lima, a sua viúva, a Sra. Nenzinha Cunha Lima, juntamente com seus filhos, migrou para Campina Grande.

Em 1959, surge no cenário político de Campina Grande Ronaldo Cunha Lima, eleito vereador, sucedendo-se como deputado estadual, prefeito, deputado federal, governador da Paraíba e senador da República. Outros se destacaram, como Dr. Ivandro Moura da Cunha Lima, que foi senador biônico, deputado federal e hoje é segundo suplente de senador da República; Dr. Cássio Rodrigues da Cunha Lima, eleito deputado federal, prefeito, governador da Paraíba e hoje senador da República; Dr. Arthur Paredes da Cunha Lima, eleito deputado estadual, atualmente ocupa uma cadeira no Tribunal de Contas do Estado como conselheiro e presidente; Dr. Arthur Paredes da Cunha Lima Filho, eleito vereador e suplente de deputado estadual e o Dr. Bruno da Cunha Lima Branco, eleito vereador e deputado estadual. Assim, esta é a ala da família Cunha Lima que se estabeleceu em Campina Grande.

Com a morte do Dr. Cunha Lima em 1928, surge para substituí-lo o seu filho, Cunha Lima Filho, e outros descendentes, dentre os quais, após pesquisas, podemos elencar alguns:

O Coronel José Antônio Maria da Cunha Lima Filho nasceu em Areia no dia 04 de novembro de 1886. Filho do Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima e de Inácia Cândida Melo da Cunha Lima, exerceu o cargo de prefeito de Areia por três vezes, foi nomeado pela primeira vez pelo presidente Sólon de Lucena e administrou de 02 de dezembro de 1921 a 17 de setembro de 1927. Na segunda oportunidade, foi nomeado

pelo interventor estadual, Dr. Argemiro de Figueiredo, governando entre 15 de novembro de 1937 a 29 de julho de 1940. Foi eleito prefeito de Areia por via direta do voto, assumindo entre 04 de novembro de 1947 e 30 de novembro de 1951, com 75% dos votos.

FIGURA 22: Coronel José Antônio Maria da Cunha Lima Filho.



Fonte: Arquivo pessoal de Zena da Cunha Lima Martins.

Após a morte do seu pai, o Dr. Cunha Lima assumiu a chefia política de Areia, mas rompeu no início de 1929, com o presidente João Pessoa, por conta da nomeação do Coronel Jaime de Almeida¹⁰ para a prefeitura de Areia. Ele era irmão de seu inimigo pessoal, o Dr. José Américo de Almeida.

¹⁰ O Coronel Jaime de Almeida era irmão do Ministro José Américo de Almeida, que, por atritos políticos da Revolução de 1930, tornou-se inimigo pessoal do Coronel Cunha Lima Filho, já que Almeida mandou invadir o Engenho Mundo Novo e saquear a fazenda. Desferiram golpes de faca contra a pintura de óleo sobre tela do seu pai, o Dr. Cunha Lima, feita por Aurélio de Figueiredo.

FIGURA 23: Coronel Jaime de Almeida e o irmão, José Américo de Almeida.



Fontes: Galeria dos Ex-Prefeitos de Areia

<http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Jos%C3%A9+Am%C3%A9rico+de+Almeida<r=j&id_perso=990>

Na campanha de 1930, apoiou os candidatos perrepistas e sofreu muitas represálias após a morte de João Pessoa, tendo a sua residência no Engenho Mundo Novo depredada. Por conta das perseguições e ameaças de morte, teve de se refugiar no Estado do Pernambuco, na casa de parentes, onde passou quase um ano, só voltando a Areia quando a situação se acalmou.

Depois que Argemiro de Figueiredo assumiu o governo do Estado, ele foi ao Palácio da Redenção, sede do Governo do Estado da Paraíba, e, a partir de então, tornaram-se grandes amigos. Quando ocorreu o golpe de Estado por Getúlio Vargas em 1937, Argemiro de Figueiredo passou de governador a interventor, e os prefeitos eleitos em 1935 foram destituídos, inclusive o de Areia, Professor Leônidas Santiago.

Figura 24: Professor Leônidas Santiago.



Fonte: Galeria dos Ex-Prefeitos de Areia.

O governo estadual nomeou novos prefeitos, e para Areia, a escolha recaiu no Coronel Cunha Lima Filho. Com a saída de Argemiro de Figueiredo da Interventoria em 1940, ele deixou a Prefeitura, e ficou no ostracismo político, até a redemocratização do país, iniciada em 1945.

FIGURA 25: Evento Político no Engenho Mundo Novo no ano de 1938¹¹.



Fonte: Arquivo pessoal de Josita de Almeida Gondim.

Em 1945, ingressou na UDN (União Democrática Nacional), acompanhando seu grande amigo Argemiro, e era na época a maior liderança política de Areia, com ramificações em toda região. Era membro do Diretório Estadual da UDN, e deixou esse partido em 1958, quando ocorreu a cisão, que provocou a saída do senador Argemiro de Figueiredo e seus amigos do partido. Filiou-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), onde ficou até a extinção dos partidos, no final de 1965.

Em 1966, ingressou na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), onde permaneceu até sua morte. Com idade avançada, e após a derrota nas eleições municipais de 1959, perdida para o Dr. Nilo D'Ávila Lins, e de 1963, quando foi derrotado pelo seu sobrinho, Dr. Elson da Cunha Lima, que, apoiado pelo seu irmão e inimigo político, o Sr. Pedro da Cunha Lima, venceu o Coronel Cunha Lima Filho. Após essas derrotas, não foi mais candidato a nenhum cargo, apesar de participar das campanhas políticas apoiando seus candidatos.

¹¹ Na foto, as presenças do interventor Argemiro de Figueiredo, o prefeito de Areia, Coronel Cunha Lima Filho, o vice-prefeito de Areia, o Sr. José Castor Gondim, ladeados de lideranças políticas locais. Ao fundo, a presença da Filarmônica Municipal Ábdon Milanez.

Sem nenhuma distinção, foi uma das maiores lideranças políticas de Areia, com prestígio em toda região do Brejo e Curimataú, tendo sido o responsável pela instalação do município vizinho, Remígio, em 31 de março de 1957, que era distrito de Areia até então. Sua influência política, ao lado de Argemiro de Figueiredo e do deputado federal Luiz Bronzeado, conseguiu esta emancipação política.

FIGURA 26: Prestígio político do Coronel Cunha Lima Filho, na ocasião do casamento de uma filha do Sr. José Castor Gondim¹².



Fonte: Arquivo pessoal de Josita de Almeida Gondim.

Como não contraiu matrimônio, o Coronel Cunha Lima Filho criou alguns sobrinhos, filhos e filhas de seus irmãos, muitos dos quais envolvidos na política local e do Estado. Até mesmo os seus “netos” e descendentes diretos estavam presentes na política em Areia. Personalidades como o advogado Dr. Roberto Barros da Cunha Lima era seu sobrinho, mas foi criado como filho, casado com a também advogada Dra. Marlene da Cunha Lima. Ambos fundaram em Areia o FUNRURAL, que prestava auxílio aos trabalhadores rurais para a aposentadoria e, em troca, acarretavam votos. O Dr. Roberto da Cunha Lima foi, por muitos anos, vereador e presidente da Câmara Municipal. Na sua descendência, sua filha Isabel Barros da Cunha Lima teve uma rápida passagem como vereadora em Areia. O genro do Coronel, o Dr. Diógenes Morais Martins, foi suplente de deputado estadual e assumiu assento na Assembleia Legislativa em duas legislaturas, 1963-1967 e 1967-1971.

¹² Na ocasião, veem-se o Pároco Ruy Barreira Vieira, o agropecuarista Severino Teixeira de Brito Lyra e a secretária de Estado Violeta de Brito Lyra Salvino.

Advogado militante, Roberto Cunha Lima não foi um líder político ou um general de brigada. Ele foi apenas mais um que passou e que ficará no esquecimento das mentes entorpecidas do povo da minha terra, que talvez não tenham entendido ainda que as pessoas não precisam ser grandes para serem lembradas.

FIGURA 27: Dr. Roberto Barros da Cunha Lima.



Fonte: <http://trilhasdeareia.blogspot.com.br/2010_02_01_archive.html>.

FIGURA 28: Coronel Cunha Lima ao lado do genro, Dr. Diógenes Martins.



Fonte: Arquivo pessoal de Zena da Cunha Lima Martins.

FIGURA 29: Ex-vereadora Izabel da Cunha Lima.



Fonte: <<https://www.facebook.com/izabel.cunhalima?fref=ts>>.

FIGURA 30: O Coronel Cunha Lima Filho em sua última entrevista para a imprensa, sendo acompanhado pelo sobrinho “filho” Roberto e pelo Padre Ruy.



Fonte: <<http://www.ihgp.net/luizhugo/rosilda.html>>.

O coronel Cunha Lima Filho faleceu em 11 de setembro de 1979, aos 93 anos de idade. Sua morte foi amplamente divulgada e sentida pelas maiores lideranças do Estado da Paraíba.

FIGURA 31: Notícia da morte do Coronel Cunha Lima no Jornal *A União* em 12 de setembro de 1979.



Fonte: Arquivo pessoal de Zena Cunha Lima Martins.

Genro do Dr. Cunha Lima, o Tenente Juvenal Espínola de França nasceu em Mamanguape, em 15 de janeiro de 1876. Casou-se em 06 de fevereiro de 1901 com Maria Eugênia da Cunha Lima, filha do Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima e de Inácia Cândida Melo da Cunha Lima, com quem teve quatro filhos. Seguiu a carreira militar, sendo oficial do Exército Brasileiro, na patente de Primeiro Tenente.

Foi prefeito de Areia no período de 15/06/1915 a 02/12/1921, sendo nomeado pelo presidente Dr. João de Castro Pinto; secretário da prefeitura de Areia entre 1925 e 1927; prefeito de Areia pela segunda vez no período de 17/09/1927 a 24/01/1929, sendo nomeado pelo presidente Dr. João Suassuna. Ocupou a cadeira de deputado estadual entre 1928 e 1930. Faleceu em João Pessoa no ano de 1952.

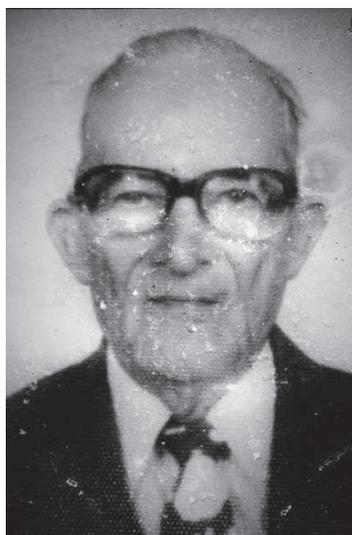
FIGURA 32: Tenente Juvenal Espínola de França, ex-prefeito de Areia.



Fonte: Galeria dos Ex-Prefeitos de Areia.

Juvenal Espínola de França Filho (Juju) nasceu em Areia no dia 13 de abril de 1907, filho do Tenente Juvenal Espínola e de Maria Eugênia da Cunha Lima. Era neto do Dr. Cunha Lima e divergia politicamente do tio, o Coronel Cunha Lima, ingressando no PSD (Partido Social Democrático) em 1945. Foi nomeado pelo Interventor Ruy Carneiro para o cargo de prefeito de Areia, em substituição ao Dr. Germano de Freitas. Governou entre abril e novembro de 1945. Assumiu a cadeira de vereador como suplente no período de dezembro de 1950 a novembro de 1951. Foi candidato a prefeito pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em 1976, mas não teve êxito. Faleceu em 1989.

FIGURA 33: Juvenal Espínola de França Filho (Juju).



Fonte: Galeria dos Ex-Prefeitos de Areia.

O coronel Sizenando da Cunha Lima era um dos filhos do Dr. Cunha Lima e da sua esposa Inácia Cândida Melo. Inimigo político dos irmãos Pedro e Cunha Lima Filho, fez história na cidade de Areia como o responsável pelo local que gerava a energia elétrica do município quando se instalou na cidade este serviço. Embora não tenha tanta representatividade como os demais da prole, registamos sua passagem na história da cidade. Era avô da senhorita Verônica da Cunha Lima Pereira de Melo, que foi vereadora entre 1977 a 1982, tendo o mandato interrompido quando foi vítima de um acidente automobilístico fatal.

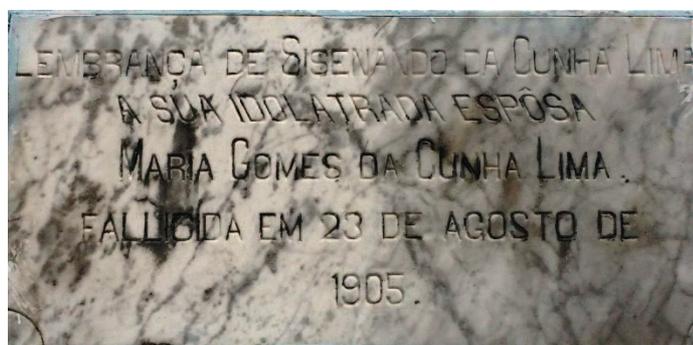
Por divergir dos irmãos, não foi sepultado no mesmo mausoléu que o seu genitor, no Cemitério São Miguel. O túmulo de Sizenando Cunha Lima está localizado no lado oposto ao de seus pais, permitindo que, na história, possamos perceber esta rivalidade evidente entre membros de uma mesma prole.

FIGURA 34: Mausoléu do Coronel Sizenando da Cunha Lima, esposa e descendentes, localizado do lado esquerdo no Cemitério São Miguel, em Areia.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior – Março/2015.

FIGURA 35: Placa do mausoléu que traz o nome do Coronel Sizenando Cunha Lima e da sua esposa.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior – Março/2015.

Pedro da Cunha Lima nasceu em Areia no dia 31 de janeiro de 1894, filho do Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima e de Inácia Cândida Melo da Cunha Lima. Exerceu o cargo de Delegado de Polícia em Areia no ano de 1928. Em 1930, como perrelista, sofreu muitas perseguições, mas recebeu a proteção do Dr. José Américo de Almeida, de quem era amigo. Em 1933, rompeu política e pessoalmente com o irmão, o Coronel Cunha Lima Filho, tonando-se a partir desse evento o grande contestador de sua liderança, de quem era adversário ferrenho.

Em 1945, ingressou no PSD (Partido Social Democrático) e foi nomeado prefeito de Areia em 1946 pelo interventor Odon Bezerra Cavalcanti.

FIGURA 36: Pedro da Cunha Lima, ex-prefeito de Areia.



Fonte: Galeria dos Ex-Prefeitos de Areia.

Foi em sua administração como prefeito de Areia que foi comemorado o centenário da cidade (1846-1946) e inaugurado o marco comemorativo à data, com a construção de um monumento em praça pública. Após sua passagem pela prefeitura, foi candidato a prefeito nas eleições de 1955 e 1959, mas não obteve êxito.

FIGURA 37: Inauguração do Marco Comemorativo ao Centenário de Areia, em 18 de maio de 1946.



Fonte: <<http://www.areia.pb.gov.br/historia/>>.

Com sua saída da política, incentivou o seu filho, Elson da Cunha Lima, a ingressar na política, assim como o irmão, o Coronel Sizenando da Cunha Lima. Não

repousou eternamente no mesmo mausoléu dos genitores. Por divergir política e pessoalmente do outro irmão, o Coronel Cunha Lima Filho, em Areia foi instituído na década de 1930 o feriado de Finados com duas datas: uma oficial, pelo calendário nacional, dia 02 de novembro, e outro instituído pela Câmara Municipal no dia 01 de novembro, porquanto os dois irmãos não poderiam se encontrar no mesmo dia para reverenciar o túmulo do pai.

Sua maior alegria foi ver o filho Elson da Cunha Lima eleito prefeito em 1963, derrotando o seu irmão e arqui-inimigo, o Coronel Cunha Lima Filho. Outro filho, Agamenon da Cunha Lima, também exerceu rápida passagem pela política, sendo vice-prefeito entre 1973 e 1976. Faleceu no ano de 1975, aos 81 anos.

FIGURA 38: Mausoléu de Pedro da Cunha Lima e descendentes, situado do lado direito no Cemitério São Miguel, em Areia, próximo ao túmulo dos seus genitores.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior – Março/2015.

Elson da Cunha Lima nasceu em Areia no dia 21 de novembro de 1934, filho de Pedro da Cunha Lima e de Antônia Serafim Laureano da Cunha Lima. Bacharelou-se em Direito no ano de 1962 pela Faculdade de Direito da Paraíba. Incentivado pelo pai, Pedro da Cunha Lima, logo cedo ingressou na política, sendo candidato a deputado estadual em 1958 e a vice-prefeito em 1959, sem sucesso. Foi novamente candidato a deputado estadual em 1962, sem lograr êxito. Em 1963, numa campanha memorável, foi eleito prefeito de Areia, vencendo seu tio e inimigo, Coronel Cunha Lima Filho, por 28 votos de maioria.

Foi prefeito de Areia entre 1963-1969, eleito para um segundo mandato como prefeito para o período de 1973 a 1976. Após suas passagens pela prefeitura, foi candidato em 1982 e 1988 a prefeito pelo já criado PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Em 1982, foi candidato pelas sublegendas, ficando com o PMDB 1, mas sem sucesso. Porém, na contagem de votos, o PMDB foi vitorioso, elegendo a sublegenda do PMDB 2¹³. Venceu nas urnas Sebastião Gomes Pereira, que foi intronizado na política de Areia por Elson da Cunha Lima e se tornou, após 1982, o seu maior desafeto político. Em 1992, volta à cena política como eleito vereador no período de 1993 a 1996.

FIGURA 39: José Américo de Almeida e o prefeito Elson da Cunha Lima.



Fonte: Arquivo pessoal de Elson da Cunha Lima Filho.

Atualmente, é procurador aposentado do Estado da Paraíba. Exerceu os cargos de Diretor de autarquia na Prefeitura Municipal de Campina Grande no período de 1983 a 1985, na gestão do seu primo, Ronaldo Cunha Lima. Foi Delegado do Patrimônio da União na Paraíba entre 1986 e 1988 e ocupou cargos de chefia na Gerência dos Correios na Paraíba. Hoje com 81 anos, não exerce mais funções políticas ou públicas, mas auxilia o filho, Dr. Elson da Cunha Lima Filho, na sua trajetória política, sendo o último descendente do Dr. Cunha Lima no ramo político na cidade de Areia.

Dr. Elson da Cunha Lima Filho, ou “Dr. Elsinho”, nasceu em João Pessoa em 11 de abril de 1966, filho primogênito de Elson da Cunha Lima e de Marília do Socorro

¹³ A sublegenda PMDB 2 era a chapa encabeçada pelo candidato Sebastião Gomes Pereira como prefeito e José Waldenor Trajano dos Santos como vice-prefeito.

Perazzo Melo da Cunha Lima. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba. Iniciou sua carreira política no ano de 1988, como candidato a vereador pelo PMDB, mas não obteve êxito. Em 1996, foi candidato a prefeito pelo extinto PPB. Tendo ficado em segundo lugar, não foi eleito. Desempenhou sua atividade médica na cidade de Areia e na região do Brejo. Em 2001, foi nomeado Secretário da Saúde da Prefeitura de Areia, ocupando o cargo entre 2001 e 2004 na gestão do prefeito Ademar Paulino de Lima¹⁴, de quem foi auxiliar. No ano de 2004, Elson Filho foi eleito prefeito de Areia para o período de 2005 a 2008 e reeleito prefeito de Areia em 2008. Tendo como vice-prefeito seu antecessor, Ademar Paulino, governou entre 2009 e 2012. Atualmente, exerce suas funções de médico na região do Brejo e na capital do Estado.

FIGURA 40: Campanha eleitoral de 1996¹⁵.



Fonte: Arquivo pessoal de Ademar Paulino de Lima.

Outro aspecto relevante foi a pesquisa realizada no Engenho Mundo Novo, terra de propriedade da família Cunha Lima, ponto de partida de toda esta pesquisa e de toda a discussão sobre como esta prole se constituiu numa oligarquia política que permanece vigente, seja na cidade de Areia ou em outros municípios. Localizada na zona rural da cidade de Areia, a 11 quilômetros do centro da cidade, é a herança deixada por gerações. Mais recentemente, foi concedida pelo Coronel Cunha Lima Filho ao seu sobrinho “filho”, Dr. Roberto Barros da Cunha Lima, que, em ocasião do falecimento

¹⁴ Ademar Paulino de Lima foi candidato a vice-prefeito em 1996 na chapa do “Dr. Elsinho”. Em 2000, foi eleito prefeito de Areia pela segunda vez. Tinha, até então, Elson da Cunha Lima como principal adversário político. É o principal aliado da família Cunha Lima em Areia.

¹⁵ Ao centro, o candidato a prefeito “Dr. Elsinho” e seu vice, Ademar Paulino de Lima.

do primeiro, deixou o imóvel para sua esposa, Marlene, e suas filhas, Isabel, Roberta, Marlene e Rosa.

Por má-conservação, todo o entorno do Engenho Mundo Novo encontra-se em ruínas, não se sabe por que motivo. Nota-se que a propriedade está imbrincada em questões judiciais com antigos moradores e que por isso está sob custódia da Justiça. Alguns dos que no engenho residiam fazem parte de uma comunidade quilombola denominada “Mundo Novo”.

FIGURA 41: Tomadas da fachada principal da casa grande do Engenho Mundo Novo, de propriedade das herdeiras do Dr. Roberto B. da Cunha Lima.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior – Abril/2015.

FIGURA 42: Tomadas da fachada principal da casa grande do Engenho Mundo Novo, de propriedade das herdeiras do Dr. Roberto B. da Cunha Lima.



Fonte: Arquivo pessoal de Gerson Paulino de Lima Júnior – Abril/2015.

Este é um simples estudo e um conjunto de elementos historiográficos para descrever a fundo como a família Cunha Lima, dita de Areia, ou remontando-a à ala rica de uma prole, constituiu-se como oligarquia, como um esquema político presente até hoje. O pontapé inicial foi dado. Foram anos, meses, semanas e dias incansáveis no aprimoramento deste esboço monográfico. Para nós, o sentimento de reunir num só trabalho a vida, a história, a trajetória de um homem, o “Dr. Cunha Lima”, que mesmo com toda eloquência e tradição de um nome, deixou marcas numa cidadezinha são pontos que, atualmente, podemos transmitir como positivos, tais como as contribuições para o crescimento de Areia e região. Todavia, há também pontos negativos, como o dito “Senhor de Escravos”, homem que tratava seus subordinados com servidão e autoritarismo, que se valia da chibata para amendontrar, para conseguir respeito. Mas foi por intermédio dele que uma família se ergueu e se consolidou.

E é neste caminho que Loriga (2010), em seu estudo sobre biografia e história, utiliza-se de alguns mecanismos necessários para a construção de uma memória biográfica a se constituir como história:

Assim, durante séculos sucedem-se os mesmos conflitos de confins. Depois, quando o pensamento histórico atinge seu apogeu, a fronteira entre biografia e história se incendeia sob o impulso de forças dessemelhantes que fazem da totalidade a categoria explicativa do devir histórico (LORIGA, 2010, p. 35).

Evidentemente, inscreve-se neste contexto o traçado deste pensamento. O confronto entre a biografia e a história se dá no momento em que vários elementos são capazes de nos levar a refletir atentamente sobre como fermentar e dar sentido a um projeto que presa por um fator preponderante, que é o político. O caráter político dessas forças evidencia-se ao afirmar que o povo é o sujeito social desta ação. Podemos caracterizar a história biográfica com uma tonalidade elitista que se choca contra o desejo de fraternidade e igualdade, destruindo os anseios da *polis* e trazendo o objeto de *poder* para dentro do texto.

Jules Michelet prega o heroísmo coletivo: as massas são o verdadeiro sujeito da história, enquanto que os grandes nomes fazem poucas coisas, que os pretensos deuses, os gigantes, os titãs só enganam quanto a seu tamanho içando-se por fraude sobre os ombros dóceis do bom gigante, o Povo (LORIGA, 2010, p. 35).

Eis a forma mais concreta de “fazer” política, seja dos protagonistas do passado ou do presente. Fragmentar um traço biográfico atendo somente ao nome do pesquisado, sem contextualizar quem eram os menores que os seguiam, não se justifica. É este coletivismo a que Michelet está atento, o de jamais esquecer o povo como ator principal da pesquisa. Não existiria o “Dr. Cunha Lima” sem seus familiares, escravos, eleitores e opositores, sem um grupo, sem uma gente.

Podemos reiterar que a família Cunha Lima, ou os seus protagonistas, são participantes, e, ao lado do povo, constituem-se num conjunto que resulta na fortaleza de uma história sólida e numa biografia viva na memória de todos. Os mais jovens, as futuras gerações poderão ter por base este trabalho para fazer uma análise mais minuciosa dos que foram e constituíram a família Cunha Lima em Areia, cidade do Brejo do Estado da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das famílias, principalmente as de tradição política, destaca-se por ser amplo, envolvendo no processo de pesquisa um determinado grupo de indivíduos em uma cidade. É possível diversificar e, ao mesmo tempo, coligir os fios que entrelaçam cada um deles. Procuramos entender como a vida de uma cidade que, no período em estudo, era agitada por ser detentora de grandes vultos da política estadual e nacional, sendo uma terra fértil de grandes acontecimentos e notoriedade. A oralidade foi importante para a construção deste trabalho, pois foi a partir dela que pudemos revelar recortes ligados ao cotidiano.

Este trabalho visa a concluir que a construção da imagem do Dr. José Antônio Maria da Cunha Lima, o “Dr. Cunha Lima”, enquanto pioneiro de uma prole, tornou-se um mito por personagens que teriam à época influência política na Paraíba, que se apropriaram do Engenho Mundo Novo como espaço simbólico e emblemático para a construção de um “lugar de memória” na luta pela manutenção do nome sempre vivo. São enfáticos os discursos produzidos pelos seus familiares e os admiradores da prole, que buscam enaltecer o quão importante ele foi para a sua época.

Nada foi em vão. Temos em mãos a oportunidade de apresentar à sociedade, de deixar galgado para as futuras gerações um trabalho que servirá como instrumento fundamental para analisar e trazer à tona como se constituiu e se fortaleceu a estrutura política dos Cunha Lima enraizados na cidade brejeira de Areia, no interior do Estado da Paraíba. Com isso, Burke (1994) fez referência à construção do mito para a história:

Historiadores profissionais usam com frequência o termo “mito” para designar “uma história não verdadeira” (e contraste com a história que eles mesmos criam, tal como as veem). O que me importa aqui, contudo, não é o Luís “real” em contraposição ao mítico. Ao contrário, o que me interessa é precisamente a realidade do mito, isso é o efeito sobre o mundo interno aos os meios de comunicação – sobre estrangeiros, sobre súditos de Luís e igualmente sobre o próprio rei (BURKE, 1994, p. 18).

FONTES CONSULTADAS

Fontes Primárias Consultadas:

Arquivos da Prefeitura Municipal de Areia – Documentos.

Arquivos da Câmara Municipal de Areia – Documentos e Livros de Atas.

Arquivos do Museu Regional de Areia – Documentos e Jornais.

Arquivo do Cartório Eleitoral de Areia – Atas de eleições e registros de candidaturas.

Arquivo da Paróquia de Areia – Livros de Registros de Batismo, Casamentos e Obituários.

Arquivo Público do Estado – Espaço Cultural – João Pessoa – Documentos.

Arquivo do 1º Cartório do Registro Civil de Remígio – Livros de Registros de Nascimentos e Casamentos.

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – Coleções de Jornais: O Conservador (1875-1880); O Liberal (1877); Jornal da Paraíba (1881-1885); Correio Oficial do Estado (1892-1895); A Notícia (1915).

Arquivo do Jornal A União – Coleção de Jornais (1904-1930); (1931-1940).

Arquivo da Fundação Casa de José Américo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elpídio de. Areia e a Abolição da Escravatura. **Jornal do Comércio**, Recife, 1946, p. 40.

_____. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1970.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. [S.l.]: Editora Universitária, UFPB, 1980.

_____. **História da Paraíba - Tomo II**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1978.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

GUIMARÃES, Ulysses. **Esperança e mudança**: manifestações como presidente do PMDB; discursos pronunciados pelo deputado Ulysses Guimarães do PMDB. Brasília: Editora da Câmara dos Deputados, 1982.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999. p. 53-95.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.